

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TIAGO ALVES FERREIRA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS
PELO PROGRAMA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO
II, DOMUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE.**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2014

TIAGO ALVES FERREIRA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS
PELO PROGRAMA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO
II, DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Leão Sampaio, como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a: MS Sheyla Alves Dias.

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2014

TIAGO ALVES FERREIRA

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS
PELO PROGRAMA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO
II, DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Serviço
Social da Faculdade Leão Sampaio, como requisito para obtenção do grau de
Bacharelado em Serviço Social.

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª.MS Sheyla Alves Dias

Orientador (a)

Profª. Denise Furtado Alencar

1ª Examinadora

Profª. Esp. Pautília Ferraz Araruna

2ª Examinadora

Dedico este trabalho primeiramente ao Senhor Deus por ter me guiado nos momentos mais difíceis, sempre me fazendo enxergar possibilidades de superação dos problemas e segundo aos meus professores em especial a professora Sheyla que pela atenção, empenho e dedicação tornou viável a conclusão do presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus que pela a minha fé e perseverança Nele sempre me fez ir adiante, acreditando na realização dos meus sonhos e objetivos não me deixando desistir destes em momento algum, me fortalecendo a cada dia rumo às conquistas e vitórias tanto na minha vida particular como na acadêmica, sendo este trabalho e a conclusão do curso parte constituinte e prova da sua existência e participação em todo o meu percurso de vida.

Aos meus pais, José Ferreira Lima e Maria Alves da Silva que mesmo sem terem concluído sequer o ensino fundamental me estimularam a não abandonar os estudos, me apoiando na conclusão do ensino médio e no ingresso ao ensino superior e agora na conclusão deste e início da minha especialização, demonstrando orgulho por essas vitórias me deixando cada vez mais estimulado a seguir em frente, independente dos inúmeros obstáculos presentes no caminho, se colocando como mais uma pessoa de poucos da família que possuem uma formação acadêmica.

Aos meus colegas de turma pela troca de informações, de experiências e pelo convívio durante os quatro anos de curso, dividindo os anseios e esperanças de um futuro promissor.

A minha noiva e amiga Raiane pela compreensão durante todo o curso onde tínhamos pouco tempo para momentos juntos, mas que mesmo assim suportou essas limitações e não me deixou de lado. Obrigado pela paciência.

A minha colega de faculdade e companheira de estágio na antiga Secretaria de Habitação de Juazeiro do Norte – CE, Evaniê pelos livros, apostilas e textos emprestados e por sua solidariedade e companheirismo, mesmo em tempos de individualismo e de falta de amor ao próximo.

A minha sempre sorridente e capacitada orientadora Sheyla Alves Dias pela confiança em mim depositada, pelo empenho, estímulo e cobrança. Por ter me orientado tanto no projeto como na monografia.

A todos os meus professores que foram de grande relevância para minha formação.

As assistentes sociais do programa Minha Casa Minha Vida do município de Juazeiro do Norte - CE do Condomínio Tenente Coelho II, em especial Ana Roberta pela possibilidade dada por ela a mim de percepção da realidade e dos muitos

empecilhos postos a efetivação dos direitos dos usuários e pelo estímulo a criticidade e aprendizado.

Aos participantes da pesquisa que se desprenderam de suas atribuições cotidianas e se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, dando veracidade a esta com a exposição da realidade lá vivida.

Aos membros examinadores do trabalho aqui referido.

“Existe a necessidade de estratégias porque existem confrontos e existem maneiras diferentes de enfrentá-los”.

(F. Javier Uribe Rivera)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos sociais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) aos beneficiários do Condomínio Tenente Coelho II, do município de Juazeiro do Norte – CE no bairro Aeroporto. Os objetivos específicos são: descrever o desenvolvimento da política habitacional ao longo dos anos, conhecer o PMCMV, identificar as mudanças ocorridas nas vidas destes após terem sido beneficiados, nos aspectos econômicos e principalmente sociais, incluindo saúde, educação, transporte, lazer, segurança, etc. e propor estratégias que venham a contribuir para um planejamento e execução melhor dos programas futuros. O trabalho está dividido em três capítulos: O primeiro traz a história da habitação no Brasil incluindo a atualidade; o segundo realiza uma abordagem do PMCMV discorrendo sobre déficit habitacional e o seu papel ante a inclusão social e a moradia como um direito humano e o terceiro capítulo traz a apuração, análise dos dados da pesquisa e os resultados. A metodologia adotada é pautada em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, do tipo qualitativa e quantitativa tendo como universo as 352 famílias beneficiárias do PMCMV do Condomínio Tenente Coelho II do município de Juazeiro do Norte-CE, no bairro Aeroporto das quais apenas uma amostra de 10% que equivale a 35 famílias foram abordadas em suas residências no interior do empreendimento, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Conclui-se o trabalho e não a discussão sobre o tema dando destaque para o papel dos programas habitacionais frente à inclusão social.

Palavras-Chave: Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Inclusão Social.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the social impacts produced by Program My House My Life (PMCMV) to beneficiaries of Lieutenant Rabbit Condo II, the city of Juazeiro - CE at the Airport neighborhood. The specific objectives are to describe the development of housing policy over the years, know the PMCMV, identify changes in the lives of these after they have been benefited, particularly in the economic and social aspects, including health, education, transport, leisure, safety, etc., and propose strategies that will contribute to better planning and implementation of future programs. The work is divided into three chapters: The first brings the story home in Brazil including the present; the second approach performs a PMCMV discussing housing shortage and its role against social inclusion and housing as a human right and the third chapter is the determination, analysis of research data and results. The methodology is grounded in a bibliographical, documentary and field research, qualitative and quantitative type having the universe as the 352 beneficiary families of the PMCMV Lieutenant Rabbit Condo II of the municipality of Juazeiro - CE at Airport district of which only one sample of 10 % which equates to 35 families were approached at their homes within the development, with the instrumental data collection semi-structured interview. We conclude the work and not the discussion on the topic giving emphasis on the role of housing programs across the social inclusion.

Keywords: Housing. Program My House My Life. Social Include.

LISTA DE SIGLAS

BNH- Banco Nacional de Habitação

CADMUT –Cadastro Nacional de Mutuário

CADÚNICO- Cadastramento Único

CEF- Caixa Econômica Federal

CF- Constituição Federal

COHABS - Companhias Habitacionais

COTS – Caderno de Orientação Técnico Social

DC – Desenvolvimento de Comunidade

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP - Fundação Casa Popular

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia Pelo Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

GTR/SFH- Grupo de Trabalho de Reformulação do Sistema Financeiro Habitacional

OGU – Orçamento Geral da União

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH - Política Nacional de Habitação

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFI- Sistema Financeiro Imobiliário

SNH – Sistema Nacional de Habitação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TS - Trabalho Social

TTS – Trabalho Técnico Social

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A IDADE.....	48
GRÁFICO 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O SEXO.....	49
GRÁFICO 3 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A PROFISSÃO.....	50
GRÁFICO 4 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A RENDA FAMILIAR.....	51
GRÁFICO 5 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL.....	52
GRÁFICO 6 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE.....	54
GRÁFICO 7 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO DE ORIGEM E QUE INEXISTEM NA COMUNIDADE ATUAL DE FÁCIL ACESSO E QUE ABRANJA A LOCALIDADE DO EMPREENDIMENTO.....	55
GRÁFICO 8 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE QUALIFICAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO DIRECIONADO À COMUNIDADE.....	56
GRÁFICO 9 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A AVALIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NA SUA TOTALIDADE (INFRAESTRUTURA URBANA, DA CASA, TRANSPORTE PÚBLICO, SAÚDE, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO) COM NOTA VARIÁVEL DE 0 A 5.....	58
GRÁFICO 10 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O QUE FOI PLANEJADO FOI EXECUTADO NA COMUNIDADE E PROMOVEU DE FATO A INCLUSÃO SOCIAL, SEJA DO IDOSO OU DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	60
GRÁFICO 11 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O PRINCÍPIO UNIVERSAL DE ATENDIMENTO À SAÚDE ESTAVA SENDO CUMPRIDO NA LOCALIDADE.....	62

GRÁFICO 12 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O IMÓVEL DENTRO DO EMPREENDIMENTO ATENDE OU NÃO AS SUAS EXPECTATIVAS.....	65
GRÁFICO 13 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL PÓS – OCUPAÇÃO CONSEGUIU ESTIMULAR A GERAÇÃO DE RENDA E SE ELES PARTICIPARAM DESSE PROCESSO.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EIXOS ESTRUTURANTES DE AÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.....	27
-------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA DESDE A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	18
1.1 A constituição do espaço urbano brasileiro e a criação do BNH.....	18
1.2 A Política Nacional de Habitação pós-BNH.....	23
CAPÍTULO II – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O SEU PAPEL FRENTE À DIMINUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL E AO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	30
2.1 Déficit habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida	30
2.2 Processos de inclusão e exclusão social e o direito à moradia como constituinte dos Direitos Humanos.....	39
CAPÍTULO III – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE–CE: ANÁLISE DOS DADOS SOBRE OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO II DESTE MESMO MUNICÍPIO.....	44
3.1 Caracterização do campo de estágio.....	44
3.2 Procedimentos Metodológicos	45
3.3 Análise e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	76

INTRODUÇÃO

Ao se considerar o desenvolvimento histórico brasileiro percebe-se que esse processo evolutivo se deu tendo como mola propulsora a questão econômica, que norteou e norteia as relações políticas e sociais de uma maneira geral. É pela economia, pelo avanço nos processos de trabalho e implantação da indústria que se apresentam para a sociedade uma série de complicações que transformam o espaço urbano existente, promovendo a sua ampliação e consolidação, todavia de forma desordenada e sem planejamento, o que levou diversas cidades e estados a viverem em condições caóticas, seja por falta de condições sanitárias mínimas, educação, habitação, decorrente da grande concentração urbana.

Pelo exposto entende-se que a constituição do espaço urbano no Brasil, ao passo em que propiciou o desenvolvimento econômico também criou com isso impedimentos a esse próprio desenvolvimento, caracterizados por problemas sociais provenientes das péssimas condições de trabalho, de saúde e de moradia, seja em cortiços, casas de taipa, palafitas, o que passou a exigir intervenção iniciada com algumas tímidas medidas na área de habitação, sanitária e de estrutura das cidades brasileiras.

Percebendo que o espaço urbano é imprescindível para o desenvolvimento econômico visualiza-se ao longo dos anos diversas ações do estado pressionado pelo capital na infraestrutura e habitação das cidades, que visam torná-lo compatível e funcional à economia. Essas ações nas áreas centrais se processam de forma contínua, duradoura, no entanto nas periferias o que se vê são ações paliativas, emergenciais que não resolvem de fato os problemas, apenas amenizam algumas mazelas sociais, tendo a habitação como eixo central na análise realizada, pois é pela moradia que se geram todas as necessidades do espaço urbano, como água, iluminação, saúde, educação, saneamento, lazer entre outras.

A questão habitacional no Brasil sempre foi remediada, atenuada com programas e projetos que tem a incumbência de diminuir o déficit de moradias nas cidades brasileiras, mas o que se enxerga são ações soltas, sem o cumprimento devido do planejamento e que se detém apenas na concessão de unidades habitacionais sem deveras pensar nos direitos e necessidades que irrompem deste espaço.

É pela visualização, percepção e atuação em um desses programas habitacionais, no caso o Programa Minha Casa Minha Vida, implantado no município de Juazeiro do Norte-CE no Trabalho Técnico Social pós-ocupação no interior do condomínio Tenente Coelho II que se emerge o desejo de se pesquisar sobre o tema em destaque: “Os impactos sociais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida aos beneficiários do condomínio Tenente Coelho II da cidade de Juazeiro do Norte-CE”.

Deste modo, em decorrências problemáticas lá apresentadas diariamente e vivenciadas pelo pesquisador em experiência de estágio supervisionado I e II, caracterizadas pela frequente recorrência dos moradores as assistentes sociais requisitando posto de saúde, escola, reclamando da ineficiência do transporte público direcionado para a área, da segurança, da questão de geração de renda para a população, culminou no levantamento de questionamentos sobre a execução do programa habitacional em foco, não pelo fato de que os problemas lá expressos sejam distintos de outras áreas da cidade, mas pelo fato de se ter um planejamento prévio e recursos específicos, indaga-se sobre o fator inviabilizador e limitador da execução, surgindo o anseio de se publicizar tal problemática.

O trabalho ora concretizado, de caráter monográfico, traz em sua abordagem discussões pertinentes aos impactos sociais produzidos na vida dos beneficiários do programa após serem inseridos neste, com destaque na análise das ações da Política Nacional de Habitação lá desenvolvida, em suas contribuições e limitações, no processo de inclusão social junto à população.

A pesquisa é de caráter bibliográfico, documental de campo com características qualitativa e quantitativa, ao passo que se trará elementos descritivos e numéricos também serão apresentados elementos discursivos e analíticos. Por intermédio de apreensões das falas dos sujeitos da pesquisa, os beneficiários do PMCMV do município de Juazeiro do Norte-CE do Condomínio Tenente Coelho II no bairro Aeroporto, já citados anteriormente, correspondente a um total de 352 famílias das quais apenas 10% deste universo será abordado, equivalente a 35 famílias através do instrumental da entrevista semiestruturada que com base em princípios éticos e legais visam garantir o sigilo e o esclarecimento do usuário, deixando livre a sua participação ou desistência a qualquer instante da pesquisa.

Para que se chegasse a conclusões e se começasse a tecer considerações sobre o assunto em destaque foi necessário que se traçasse um percurso a ser

seguido durante todo o desenvolvimento e constituição do trabalho. Por isso dividiu-se e estruturou-se este em três capítulos.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico da política de habitação no Brasil, iniciando da emergência do processo de industrialização até a contemporaneidade, trazendo em dois subitens a discussão sobre a constituição do espaço urbano brasileiro e a criação do Banco Nacional de habitação (BNH) e a continuidade da política pós-BNH.

O segundo capítulo vem tratar a respeito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com ênfase na sua função de redução do déficit habitacional e de promoção da inclusão social. Para tanto serão apresentados diversos conceitos sobre déficit habitacional e exposições sobre o PMCMV, os processos de inclusão e exclusão social e a moradia como um direito humano.

O terceiro capítulo irá realizar a análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa. Todavia se fará primeiramente a caracterização do campo de estágio, posteriormente de maneira secundária serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, até que por último se exponha e se discuta sobre os dados apurados.

Verificando o tema, entende-se que este é de grande relevância para a sociedade, com destaque para os estudantes e profissionais que pretendem ampliar o conhecimento na área habitacional, contribuindo para a disseminação de informações e de discussão do problema servindo de base para estudos posteriores e para a criação de novas possibilidades para resolução, viabilização, atuação e apreensão da realidade habitacional do Brasil.

CAPÍTULO I - RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA DESDE A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

1.1A constituição do espaço urbano brasileiro e a criação do BNH

Para Silva (1989), quando se coloca o espaço urbano como parte de um processo determinado pelo desenvolvimento do capitalismo, de certo modo reduz-se esse fenômeno urbano ao processo de industrialização brasileiro intensificado a partir de 1930, o que de fato não pode acontecer, tendo em vista que assim como na economia colonial como na de agroexportação o Brasil jamais se visualizou uma regulação exclusivamente pelo campo, pelo fato da economia nacional ter um caráter eminentemente exportador.

Percebe-se que o processo de urbanização no país se dá desde o Brasil Colônia, sendo a iniciar do século XX que ela encontra um grau de intensidade maior e o urbano ganha nova dimensão e passa de base do comércio e dos aparelhos de controle do estado para base da indústria. Em períodos anteriores a década de 1930 o espaço urbano brasileiro era caracterizado por possuir cidades de tamanhos consideráveis, todavia em números pequenos. De 1930 se tem uma nova estruturação do urbano, havendo com essa reestruturação modificações nas relações entre o campo e a cidade em decorrência de inúmeras modificações nas formas e processos de trabalho.

Com a emergência do processo de industrialização adjacente a complexificações na divisão técnica e social do trabalho, o espaço urbano tende a se modelar de acordo com os interesses e pretensões capitalistas e os da força de trabalho, tentando unificá-las, posto que a força de trabalho começa a exigir condições próprias tanto para sua reprodução como para a reprodução do capital, como moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, lazer, segurança, saneamento entre outros e os capitalistas viabilizam as condições essenciais a sua reprodução em particular, no que diz respeito à produção propriamente dita como matérias-primas e transporte, instrumentos e máquinas, energia, comunicação, dentre outros elementos imprescindíveis a esse processo.

Vê-se então que no espaço onde se processam as relações entre capital e trabalho existem permanentes conflitos onde estas visam obter um maior poder frente à economia e a política, entrando nessa conjuntura como reguladora a figura

do estado assumindo inicialmente uma dupla posição; primeiro tentando transferir os excedentes da agricultura à indústria e segundo regulamentando o capital e o trabalho por intermédio de medidas indiretas para proteger o desenvolvimento industrial.

Botega (2008) destaca que o período da década de 1930, no governo de Vargas modificou significativamente a estrutura e a base de sustentação das cidades brasileiras já que o processo de industrialização intensificou a urbanização.

No limiar de 1940 se intensifica o processo migratório no Brasil com destaque para São Paulo, como resultado de modificações na economia que se deram desde os anos 1930, fazendo surgir uma ampliação das oportunidades trabalhistas culminando com a regulamentação de salários com variações regionais.

Ainda segundo Silva (1989), neste contexto de mudanças econômicas a agricultura se coloca como um setor destinado à produção interna, já que oferece os subsídios necessários à indústria e a população urbana brasileira, além de dispor de mão de obra e se colocar como mercado consumidor para essa população urbana. Tem-se também que o desenvolvimento industrial brasileiro não se deu como na Europa, apresentando certas particularidades como a forma populista de política durante a fase inicial da industrialização, a manutenção em parte do sistema agrícola e o aproveitamento da mão-de-obra ociosa pelo setor terciário por intermédio da tecnologia das grandes nações industrializadas que se instalam no Brasil. E é com a instalação dessas grandes empresas que se cria uma nova forma de urbano no Brasil, posto que se este fato agravou ainda mais a concentração de renda, rebaixando o salário mínimo e aumentando a exploração trabalhista que é base fundamental de acumulação capitalista intensificada a partir de 1964.

A vinda de empresas de grande porte para o Brasil promoveu uma valorização do setor terciário, do qual advém uma nova classe média que emerge em detrimento de outra classe, a de menor renda, que tem sua realidade agravada, pois com o expansionismo capitalista o valor de reprodução da mão-de-obra adquire características urbanas sendo inviável suprir as necessidades dos trabalhadores de modo individual, por meio de medidas obsoletas.

A evolução capitalista no Brasil alcança com a inserção de novas técnicas e proletariado também o campo, o que de certa forma, institui neste, características que antes eram próprias do espaço urbano. E no tocante a esse espaço urbano incorre que nele as lutas de classes se processam, sendo o solo deste espaço um

antagonismo de extrema importância à questão da habitação, por possuir particularidades privadas o que delimita o acesso da população de baixa renda a habitação nas cidades.

O solo, por se basear na produção capitalista e no seu valor, adquire um preço de acordo com o valor das mercadorias produzidas em sociedade assumindo a condição de capital, ao mesmo tempo em que ao retirar valor do trabalho do outro faz com que todos sirvam de apoio a sua valorização. Daí decorre que o solo tem no seu preço a condição fundamental para o crescimento e transformação do espaço urbano nas cidades, recebendo assim características de divisor de classes.

No espaço urbano capitalista há uma grande quantidade de pessoas que realizam atividades diversas onde o solo é utilizado e disputado e a propriedade privada é o elo essencial dessa utilização e disputa.

A especulação imobiliária além de ser fomentada pela cobrança de baixos impostos pelo estado sobre as propriedades privadas é também alimentada pela não cobrança de taxas pelos benefícios promovidos pelos serviços públicos, o que promove à família ao localizar-se no espaço urbano inserir-se ou excluir-se no meio social, sendo com isso possível ou não esta ter acesso a diversos benefícios essenciais à vida urbana, como abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, educação, lazer entre outros, concebendo assim a habitação não como uma simples moradia, mas como um portal de acesso aos serviços urbanos.

Ao se considerar a inserção das classes populares na luta pelo acesso à habitação nas cidades brasileiras deve-se considerar três aspectos essenciais: o primeiro ligado intimamente à questão do solo urbano; o segundo ao nível ocupado pela habitação no processo de reprodução do capital, e o terceiro relacionado ao privilégio dado pelo estado para a promoção do desenvolvimento industrial, o que faz com que até hoje a habitação popular não receba um cuidado mais rigoroso.

A questão habitacional emerge como tal no contexto de desenvolvimento capitalista e se processa juntamente com a urbanização, o que coloca a habitação como sendo um problema social, principalmente para os trabalhadores que não possuindo condições financeiras para custear uma moradia digna para ele e suas famílias se obrigam a buscar soluções diversas, levando-os a se alocarem em favelas, cortiços, palafitas, conjuntos habitacionais, entre outros. Percebe-se a partir desta compreensão que a opção das classes populares de morarem distantes das áreas centrais da cidade é uma condição acima de tudo financeira.

Nascimento e Braga (2009), em artigo publicado a Revista Risco no ano de 2009 destacam em suas exposições que nos anos de 1930, início do primeiro Governo Vargas se tem um grande estímulo ao desenvolvimento econômico no país, devido a diversos outros fatores sendo um dos principais uma política econômica voltada para o apoio ao desenvolvimento industrial em detrimento da produção agrícola, o que de certo modo justifica a intensificação do processo migratório de trabalhadores do campo para a cidade, melhora no assalariamento dos trabalhadores urbanos e empobrecimento dos trabalhadores rurais visto que as atividades industriais e as políticas públicas tinham como centralidade o trabalhador urbano e a moradia passa a ser condição primordial para a reprodução do trabalhador e conseqüentemente para a própria produção industrial.

Silva (1989) ao analisar as formas de políticas exercidas com relação à habitação pelo estado no Brasil, afirma que estas giraram sempre em torno do controle das classes populares, repressão e exclusão. Tomando inicialmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro as cidades pioneiras no processo de industrialização do país, vê-se que em São Paulo principalmente a casa alugada era a maneira mais preponderante de moradia popular. Porém, a partir da década de 1940 ocorre uma quebra neste padrão de habitação popular e instaura-se um novo baseado nas construções de casas periféricas e de autoconstrução de casas particulares e no Rio de Janeiro as favelas se colocam como única alternativa para as classes populares.

Neste período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940 a intervenção do estado se impõe como fator essencial a mudança no modelo de habitação popular instaurado no Brasil, sendo em 1937 com o Código de Obras que intencionava delimitar o desenvolvimento e ampliação das favelas, os parques proletários no Rio de Janeiro e as Carteiras Prediais ligadas à previdência, com recursos oriundos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões visando a construção de casa para locação que o estado assume pela primeira vez o compromisso de ofertar moradias a grupos específicos da população urbana.

Porém, pela inflação ocorrida em meados dos anos de 1930 há uma redução no estímulo a construção de casas para a locação e a especulação imobiliária inicia-se de modo mais apressado, o que se agrava ainda mais com a Lei do Inquilinato em 1942 estabelecendo controle sobre os valores dos aluguéis e visando dar um maior estímulo a construção de casas para a venda.

No ano de 1946, no governo do General Dutra há a criação da Fundação Casa Popular (FCP), surgindo como o primeiro órgão reconhecido nacionalmente com atribuições voltadas para o provimento de moradias para a população com um poder aquisitivo de nível baixo, mas a FCP teve todas as suas ações baseadas no clientelismo, tanto em decidir qual o local de construção das casas, como em relacionar e classificar os candidatos, estando preocupada unicamente com o controle da sociedade.

No período compreendido entre 1937 e 1964 relacionado com a intensificação do processo de urbanização nota-se que os órgãos do governo não conseguiram uma produção vultosa de moradias no país, haja vista que os governos populistas não deram atenção de relevância à questão habitacional no Brasil.

Bonduki (2008) assinala que a partir de 1964 a habitação popular é encarada como uma vertente da questão social necessitando ser assumida de modo mais global. Após o Golpe Militar de 1964 o governo criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o intuito de atenuar o problema habitacional brasileiro e controlar os levantes contra o governo e estruturando em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer, visto que se privilegiava a classe média da população ao invés da de menor renda.

A questão central nas críticas à atuação do BNH: sua incapacidade em atender à população de mais baixa renda (entre 0 e 3 salários mínimos). Essa incapacidade decorria das contradições intrínsecas aos dois grandes objetivos da política habitacional: o de alavancar o crescimento econômico e o de atender à demanda habitacional da população de baixa renda. Ao priorizar o financiamento para as camadas de mais alta renda, que se configuravam como demanda efetiva e que atraíam a preferência dos setores empresariais ligados à área, a atuação do Banco conseguiu de fato produzir um novo boom imobiliário, gerando efeitos multiplicadores relevantes. Já o financiamento às camadas de menor renda revelou-se inadequado para as populações mais empobrecidas (faixas de até 3 salários mínimos) e gerou uma inadimplência sistemática nas camadas de renda que conseguiram acesso aos recursos, comprimido pelo gargalo representado pela ausência de subsídios combinada ao arrocho salarial e à exigência de correção real dos débitos, dado o alto custo da moradia em relação aos níveis de rendimento. A favelização e o crescimento das periferias são apontados como conseqüência do fracasso e da ineficácia da ação do BNH (CARDOSO: 2002; p. 2).

Nessa época, a produção habitacional de certa forma foi bastante significativa, todavia ainda esteve muito abaixo das necessidades geradas pelo processo de urbanização ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX.

Na década de 1980, o modelo econômico implantado pelo regime militar sofreu uma crise gerando recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais o que provocou enorme repercussão no Sistema Financeiro de Habitação(SFH) e um forte aumento na inadimplência nos financiamentos das habitações já que as pessoas não tinham como pagá-los tendo em vista os altos juros cobrados.

Vivia-se também neste período o clima de luta pelas eleições diretas para presidente e pela constituinte com intensa mobilização popular, e a oposição ao BNH se inseria no combate a ditadura. E com o fim do regime militar em 1985 o BNH acabou por ser extinto um ano depois, porém vale salientar que a política habitacional do regime militar podia ser um pouco equivocada, mas tinha de certa forma uma articulação e coerência.

1.2 A Política Nacional de Habitação pós-BNH

Nascimento e Braga (2009) apontam que os programas habitacionais promovidos pela iniciativa pública até o momento histórico em que vigorava a atuação do BNH, não conseguiram mudar o quadro numérico habitacional brasileiro, apresentado desde o início do século XX.

Revistas da década de 1980 demonstram dados alarmantes sobre o déficit habitacional, trazendo números que oscilam entre dez e quinze milhões de unidades habitacionais.

Deste modo, entende-se que a política habitacional tomada pelo BNH pôde e pode ser considerada como lamentável no que diz respeito à arquitetura e urbanismo, com uma execução precária e de inacessibilidade das classes de menor renda.

É na tentativa de se reverter as políticas habitacionais instituídas pelo BNH que se criou o Grupo de Trabalho de Reformulação do sistema financeiro de Habitação (GTR/SFH), sugerindo que a política habitacional incluísse ao provimento de moradia, soluções em conjunto de infraestrutura e transporte coletivo, em

atendimento prioritário à população de até 3 salários mínimos. E é nesse entremeio que se tem a extinção do BNH e a Caixa Econômica Federal passa a ser o agente financeiro que conduzirá a política habitacional brasileira.

De acordo com a PNH (2004), no período da década de 1980, marcado pelo processo de redemocratização no Brasil o que se teve de fato não foram transformações na situação habitacional do país e, sim pelo contrário ocorreu um esgotamento e o que se visualizou foi uma quase inexistência de uma Política Nacional de Habitação. E a Caixa Econômica Federal (CEF) ao se tornar o agente financeiro responsável pela absorção dos recursos do setor, absorve também todas as atribuições antes próprias do BNH e a regulamentação do crédito habitacional fica a cargo do Conselho Monetário Nacional limitando e impondo um controle mais rigoroso sobre a produção no setor habitacional.

Todavia, neste período, se emerge uma grande necessidade de investimento na área habitacional, que de fato passou a receber uma maior intervenção. Deste modo, muitos municípios, estados e união começaram a desenvolver diversos programas habitacionais, onde em decorrência de fatores múltiplos e da Constituição Federal de 1988 se tem uma ampliação da autonomia dos municípios na execução destes programas.

O que se visualiza é que a criação de programas habitacionais como se sabe por si só não necessariamente pode reduzir de modo expressivo o déficit habitacional brasileiro. E se tem mais uma vez ações que mais privilegiam e beneficiam a população da classe média do que a de baixa renda.

Azevedo (2007) destaca que um ano posterior à extinção do BNH no ano de 1987, as Companhias Habitacionais (Cohab's) foram responsáveis pelo financiamento de mais de 100.000 casas populares. Todavia no ano seguinte este número caiu para menos de 40.000 unidades em decorrência de transformações na política habitacional no país, com um discurso de alegação de controle de dívidas. Desta forma, a Caixa Econômica Federal culminou em não só delegar a iniciativa privada os créditos do setor de habitação popular como também reduziu significativamente o poder de controle de estados e municípios sobre a questão habitacional.

As Cohab's ao terem os mutuários como responsáveis pelos custos com os terrenos e a urbanização dos locais das construções trouxeram grandes complicações, produzindo resultados negativos tendo em vista a perda gradativa do

poder das Cohab's, distanciamento das camadas de baixa renda e uma queda considerável de programas habitacionais alternativos a este, mas não de extinção destes.

Dando continuidade a sua explanação o autor relata que se na década de 1980 não houve uma evolução considerável e desenvolvimento do setor habitacional voltado para as classes populares, na década de 1990, início do governo Collor poucas foram as inovações já que se tinha como objetivo o controle da inflação e novamente se privilegiou camadas populares com um poder aquisitivo mais elevado, sem se quer promover nenhuma iniciativa voltada a discussão do Sistema Financeiro Habitacional do país.

Na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), iniciada em 1995 se traz o debate sobre a questão habitacional interligada à política urbana e de saneamento ambiental, com a sugestão de ênfase no papel dos governos municipais no desenvolvimento da habitação popular, seja em apoio a programas de tecnologias para construção de moradias a custo reduzido, ao privilégio de associações e cooperativas de produção de habitação e programas de assistência social que tenham a incumbência de solucionar problemas locais e de interesse social.

Dois programas de vulto voltados para o setor social a serem desenvolvidos pelo poder público (estados e municípios) e, com financiamento a partir de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Orçamento Geral da União (OGU), são implantados neste governo: o Programa Pró-moradia e o Programa Habitar Brasil com objetivos essenciais de urbanizar áreas degradadas direcionadas ao setor da habitação, regularização fundiária e a produção de loteamentos urbanizados.

Uma grande novidade do setor da habitação neste período foi a aprovação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), por meio de Lei Federal que surge com o intuito de atrair não somente capital internacional mas de delegar ao comprador de maneira direta parte dos custos com a compra do imóvel e facilitando a rápida retomada deste em caso de inadimplência, sem intervenção do estado na regulamentação de prazos, taxas, o que garantiria ao investidor uma quase inexistência de prejuízo.

Na PNH (2004) em seu breve relato histórico da política habitacional brasileira é explicitado que com a criação do Ministério das Cidades em 2003, no

governo do presidente Lula e, a criação do Conselho das Cidades se abre e são aprovados novos direcionamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) trazendo com isso novas bases de sustentação para Política Nacional de Habitação a ser modificada.

O Ministério das Cidades foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades. (BONDUKI: 2008; p.96).

Ao ser reformulada a Política Nacional de Habitação ganha novos direcionamentos e diretrizes e é apresentada como a Nova PNH no ano de 2004, tendo suas ações mais direcionadas para a população de baixa renda. Tentando viabilizar assim o acesso a não somente uma unidade habitacional, mas também o acesso à cidade no que tange a acessibilidade aos equipamentos sociais, à segurança, ao lazer, saúde, etc., explicitando assim:

estratégias para viabilizar a meta principal da política que é promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial para a população de baixa renda. (MINISTÉRIO DAS CIDADES: 2004; p.13).

A Nova Política Nacional de Habitação é regida por um conjunto de princípios que visam dar legitimidade as ações do setor habitacional no Brasil, que perpassam pelo direito à moradia digna, função social de controle e organização do espaço urbano, a questão habitacional como uma política do estado, a gestão democrática, e a articulação da política habitacional com as demais políticas sociais e ambientais.

No quadro abaixo são apresentados os eixos que servirão de base e estrutura das ações a serem realizadas pela Nova Política Nacional de Habitação de 2004:

QUADRO 1 - Eixos estruturantes de ação da Política Nacional de Habitação

Integração urbana de assentamentos precários

- urbanização em áreas precárias
- intervenção em cortiços
- regularização fundiária
- melhoria da qualidade habitacional

Produção habitacional

- aquisição de imóveis novos ou usados
- locação social pública ou privada
- reabilitação em áreas urbanas centrais
- melhoria habitacional

Integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano

- Política fundiária e imobiliária para habitação
- Regularização fundiária
- Uso de terrenos e imóveis públicos para habitação
- Revisão da legislação federal de parcelamento do solo para habitação
- Impacto da política de financiamento habitacional sobre o valor do solo urbano
- Mobilidade e transporte urbano
- Infraestrutura urbana e saneamento ambiental

Fonte: Secundária: informações retiradas da PNH (Cadernos Ministério das Cidades: 4, 2004)

Naime (2010) relata que a aprovação da Nova PNH em 2004 provocou uma série de transformações no âmbito legal e institucional desta política, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento e viabilização da concretização das suas metas, com a criação de alguns instrumentos essenciais a sua continuidade: O Sistema Nacional de Habitação que engloba os subsistemas Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Habitação de Mercado (SNHM); o Plano de Capacitação e

Desenvolvimento Institucional; o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da habitação e o Plano Nacional de Habitação.

Cardoso e Aragão (2013) destacam que é a partir da criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005 que se tem a base para efetivação de um Sistema Nacional de habitação que partindo da distribuição de atribuições entre as três esferas de governo, com certa ênfase no papel dos municípios visa a implementação de fato de uma política habitacional no país.

O FNHIS surge e se apresenta como um compromisso, um acordo do governo federal em promover por meio da oferta de subsídios a construção de moradias para famílias de baixa renda, como também fazer com que estados e municípios se fortaleçam e sejam capazes de alavancar e desenvolverem o setor local na área habitacional potencializando os recursos do governo federal.

O presidente Lula no início do ano de 2007 se aproveitando do desenvolvimento e crescimento econômico pelo qual passava o país, de diminuição da pobreza e das desigualdades lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando promover investimentos na infraestrutura do país, que combinado a outras mudanças econômicas no país favoreceram o desenvolvimento da política habitacional no país, se colocando como um programa de grande importância para a evolução do país.

Dutra (2010) afirma que o governo do presidente Lula deu continuidade a política econômica desenvolvida pelo presidente FHC, porém com uma ênfase maior no papel interventivo do estado no setor da economia, se diferenciando deste no que diz respeito a atenção dada a setores mais específicos da economia relacionados a infraestrutura urbana e a construção civil.

Deste modo o PAC surge como um conjunto de medidas que tanto a médio, curto e longo prazo, têm como meta fazer elevar a economia nacional a um nível de destaque no quesito desenvolvimento.

Dentre as principais medidas tomadas pelo PAC cabe destacar a redução de alguns tributos, a criação de um fundo de investimento destinado a melhorias na infraestrutura do país com recursos provenientes do FGTS, melhorias de créditos para o setor público e uma melhoria no âmbito dos investimentos.

O PAC se apresenta como um posicionamento planejado e organizado do Governo Federal com vistas a direcionar o crescimento econômico do país, atribuindo ao estado características de atividade e não de passividade e indo diga-se

assim contrário ao ideário de um livre mercado já que se busca dar ao estado espaços de intervenção na economia.

Diversas são as áreas e setores de atuação do PAC apresentando investimentos na infraestrutura do país, expansão do crédito e financiamento, concessão de crédito para a Caixa Econômica Federal com vista a aplicações no setor da habitação e saneamento, Redução da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), ampliação de crédito do setor público, dentre outros.

Com relação ao setor da habitação percebe-se que este sofreu grande influência e investimento do PAC, o que é explicitado pelo Programa minha Casa Minha Vida, programa de vulto na luta pela redução do déficit habitacional do país desenvolvido no governo do presidente Lula que em sua fase inicial tinha como objetivo a construção de 1 milhão de moradias em todo o país e que com investimentos provenientes deste programa de apoio ao crescimento se tem duplicado o número de moradias a serem construídas em todo o país.

CAPÍTULO II – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O SEU PAPEL FRENTE À DIMINUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL E AO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

2.1 Déficit habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida

Dutra (2010) ao tratar sobre déficit habitacional no Brasil vem expressar como é dinâmica a interpretação sobre esta temática, deixando clara a impossibilidade de se criar um conceito estático a seu respeito.

Assim, Dutra (2010) *apud* Fundação João Pinheiro (2009) afirma que o conceito de déficit habitacional está relacionado diretamente ao número de moradias inadequadas ou inexistentes, incluindo moradias sem as mínimas condições de habitabilidade, com a estrutura física danificada, moradias onde existe coabitação, moradias onde as famílias têm um ônus excessivo com aluguel, entre outras, podendo ser caracterizado como por reposição de estoque ou por incremento de estoque.

Déficit por reposição de estoque pode ser compreendido pelos domicílios que por não terem uma estrutura física de alvenaria ou de madeira aparelhada e por apresentar condições insalubres, prejudicando os moradores, entrando também neste rol as moradias inadequadas, mas que não são considerados como déficit em algumas pesquisas.

Déficit por incremento de estoque compreende os domicílios feitos de maneira improvisada, parcela da coabitação familiar e variação de domicílios alugados onde se tem uma grande quantidade de inquilinos, moradores e famílias que gastam mais de 30% de sua renda com aluguel.

Azevedo e Araújo (2007) relatam em suas abordagens sobre déficit habitacional que este se entendido de maneira imediata remete quase que diretamente a necessidade de construção de novas moradias, sendo isso ponto fundamental para a solução dos problemas sociais. Todavia eles destacam que por outro lado deve-se perceber outro conceito, o de inadequação de moradias o que reflete diretamente na qualidade de vida dos moradores, não relacionado

exclusivamente à construção de novas moradias e sim da realização de políticas complementares para as já existentes, bem como as que virão a ser construídas. Visualizando assim os anseios da população, a questão da renda, a precariedade das moradias, famílias que coabitam com outras ou que ainda apresentam um ônus excessivo com aluguel.

Ao se entender o conceito de déficit habitacional do ponto de vista de habitações inadequadas tem-se que estas são as que não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, compreendendo assim os domicílios com carência de infraestrutura, de serviços básicos, como iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, o que obviamente remete a necessidade de construção de novas unidades habitacionais.

Maciel (2006) aponta que o déficit habitacional está presente tanto na zona rural como na zona urbana, no entanto se expressa em maiores dimensões nos grandes centros urbanos, visualizados através de cortiços e favelas.

Bonduki (2008) ao tecer considerações sobre o déficit habitacional brasileiro expõe que com base no censo de 2000 a necessidade de novas moradias girava em torno de 6,6 milhões sendo 5,4 na zona urbana e 1,2 na área rural, sendo os estados de maior necessidade os do Sudeste (41%) e do Nordeste (32%) onde 83,2 % do déficit habitacional encontram-se nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

A permanência de um elevado déficit habitacional concentrado na população de baixa renda mesmo depois de várias décadas de política habitacional, promovidas pelo governo federal, demonstra a ineficiência dos programas públicos no setor de habitação. Por outro lado, torna-se evidente que há absoluta necessidade de se formular, de se programar novas estratégias mais eficazes no que diz respeito ao atendimento as faixas de menor poder aquisitivo.

No tocante aos programas habitacionais Taboada e Paz (2010) vêm explicitar que de uma maneira geral os programas habitacionais se destinam a determinados grupos da população levando em consideração a renda individual ou da família, compreendendo, todavia que as condições que possibilitam a pobreza são produzidas e reproduzidas no desenrolar das relações entre os indivíduos no convívio social, sendo que a pobreza não deve ser considerada exclusivamente dependente da renda, porém também da acessibilidade ou não aos serviços sociais

e da viabilidade de compartilhamento e participação no usufruto das riquezas sejam de natureza materiais ou imateriais processadas em sociedade.

Medir a pobreza tomando e considerando por base apenas a renda, partindo unicamente da análise do aspecto econômico é um fator que pode prejudicar na elaboração de diagnósticos sociais, pois não encerra a averiguação dos diversos fenômenos que a englobam, necessitando, portanto de uma análise capaz de compreender as inter-relações existentes na sociedade.

Sobre a relevância de se olhar para a população que se insere nos programas habitacionais, infere-se que é iniciando deste olhar que surge a possibilidade de percepção de todo o contexto social de cada indivíduo evitando criar modelos, referências ou estabelecer julgamentos antecipados e distinções, diferenciações sociais entre os indivíduos.

A população que reside em localidades precárias e está entre um dos público alvo dos programas habitacionais, de uma maneira geral é formada por indivíduos e parcelas da sociedade consideradas pobres, engajadas nesta por intermédio de trabalhos precários, de curto prazo, de serviços do lar, de limpeza, na informalidade e com uma remuneração ínfima, de comércios ambulantes, pela realização de bicos, o que de certa forma se coloca como situações permanentes e que não oscilam, se tornando, mas uma questão social estabilizada tendendo a se instituir num modelo de vida.

Sobre as mudanças ocorridas no modelo e constituição das famílias brasileiras, nota-se que houve um aumento no número de famílias que têm como mantenedoras economicamente do lar as mulheres e, de famílias que mesmo sendo chefiada pelo o membro do sexo masculino, a mulher ainda possui uma renda maior ou é a única renda da família, sendo que nas residências onde toda a renda familiar advém unicamente de mulheres há certa vulnerabilidade, tendo em vista que estas na maioria das vezes exercem atividades por uma remuneração baixa, trabalham na informalidade e precariedade, além da discriminação destas nas relações de trabalho o que contribui para o aumento da pobreza feminina.

Com relação às residências que dependem exclusivamente do trabalho feminino, controladas por mães solteiras, mulheres viúvas ou separadas tem-se que

estas dependem cada vez mais de políticas públicas e do suporte do conjunto de serviços de proteção social.

Sobre o grande número de mulheres inseridas nos projetos de habitação faz-se necessário ressaltar as relações entre os gêneros, seja de dominação, preconceito e violência. E com relação ao atendimento feito as famílias há necessidade de se ter certa sensibilidade e atenção para que não se culpabilize-as por suas complicações sociais.

Outra parcela da população de grande relevância para a sociedade são os idosos que vem crescendo em ritmo mais acelerado do que as crianças. Tendo ainda com relação aos diversos segmentos da população aos quais também se destinam os programas habitacionais, o grupo de pessoas com deficiência e as comunidades remanescentes de quilombos, enfocando neste primeiro a atenção no que diz respeito à inclusão e a viabilidade de acesso dessas pessoas aos programas, para os quais uma moradia talvez não seja apenas um espaço físico, um abrigo.

Uma casa pode ser moldura pra muitas histórias, abrigo para muitos afetos, atalho para muitos achados. A casa traçada pela minha imaginação é assim, cúmplice clandestina dos meus absurdos, desejos surdos, meus cantos escuros. Uma casa que eu possa escancarar meus quartos secretos, instalar minhas coisas do passado e minhas idéias descabidas. Uma casa em que caibam os meus abraços e os meus embaraços. Uma casa em que eu possa trapacear a tristeza, encolher o cansaço, soltar meus anjos e amassar meus demônios. Uma casa para alargar as minhas liberdades, amar de verdade e fluir minhas vaidades. Uma casa que me permita estreitar meus limites, espreitar minhas manhas, ter preguiça de manhã. Uma casa para acomodar minhas doiduras, espelhar as minhas querências. (Autor desconhecido)

Os versos acima expressam o real significado de uma casa para as pessoas de um modo geral, o que em certa medida ratifica o que foi dito no parágrafo anterior e acrescenta a esta um papel de relevância na vida de qualquer indivíduo, seja rico ou pobre, morando em casa alugada, coabitada, em cortiços, favelas ou não, servindo além de um mero abrigo, mas como um espaço provido de um símbolo de liberdade, direito e de inclusão social.

Deste modo, os programas habitacionais são elaborados com o intuito de atenuar e reduzir de maneira significativa o déficit habitacional, apresentando expectativas e estimativas de diminuição neste déficit.

Um programa de grande impacto na política habitacional no Brasil na atualidade é o Programa Minha Casa Minha Vida, alvo de pesquisa do presente trabalho que diante da problemática de déficit de moradias apresenta propostas que intencionam abranger diversas cidades e estados em todo o país, buscando garantir o direito à moradia e à cidade a parcelas mais vulneráveis da sociedade, como também proporcionar a inclusão social.

Segundo Shimizu (2010), o Programa Minha Casa Minha Vida criado por Medida Provisória nº 459 de 25 de março 2009, regulamentado pelo Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009 convertido em Lei de nº 11.977, de 7 de julho de 2009, perpassado por alterações após implantação, tem como objetivo a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, visando a geração de mais emprego e renda para o país com apoio a construção civil possibilitando a criação de mecanismos de estímulos a produção e a aquisição de unidades habitacionais, com ênfase no processo de inclusão social.

A ideia do programa é possibilitar o acesso à moradia a famílias de baixa renda para que elas possam se sobressair diante das vulnerabilidades sociais vivenciadas.

Assim o Programa Minha Casa Minha Vida possui um valor estimado em R\$ 34 bilhões de reais, dos quais R\$ 25,5 bilhões são provenientes da união, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ um bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tendo como meta a redução do déficit habitacional em 14%, estimado em 2009 em torno de 7,2 milhões de moradias.

Ao ser incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) se visualiza uma ampliação desses recursos com estimativa de construção de dois milhões de moradias, com recursos totais de R\$ 71,7 bilhões de reais, praticamente duplicando a quantidade de unidades a serem construídas com esta inserção.

Geraldo (2013) assinala que de acordo com a cartilha da Caixa Econômica Federal, agente financeiro que regulamenta o programa o objetivo principal deste é a aquisição de empreendimentos na planta para famílias com oscilação de renda de até três salários mínimos, estendendo-se a capitais seguidas das regiões metropolitanas correspondentes, municípios com população superior a 100 mil

habitantes, podendo, no entanto ser estendido a municípios com população compreendida entre 50 e 100 mil habitantes levando-se em consideração as dimensões e proporções do déficit habitacional.

Geraldo (2013) expõe que o Programa também oferta moradias para famílias com renda superior a três e até dez salários mínimos, dando prioridade as famílias com faixa de renda compreendida entre três e seis salários mínimos, seguindo os mesmos critérios já citado anteriormente para as famílias com renda de até três salários mínimos no que diz respeito ao quesito número de habitantes e proporção do déficit habitacional.

Para as faixas de renda de 3 a 10 salários mínimos, o financiamento se processa através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Deste modo, as construtoras ou incorporadoras apresentam projetos de empreendimentos à Caixa, que realiza uma avaliação prévia e realiza a autorização, lançamento e a comercialização.

Posteriormente, a conclusão da análise e comprovação da comercialização mínima exigida, ocorre uma assinatura de Contrato de Financiamento destinado a produção do imóvel. A comercialização se dá pelas construtoras ou por intermédio dos “feirões” da Caixa. No entanto, se tem a possibilidade de que os pretendentes à aquisição consigam uma carta de crédito junto a Caixa para a compra no mercado de imóveis.

Entendendo que o foco principal do Programa Minha Casa Minha Vida é a oferta de moradias para grupos mais vulneráveis da população, o Programa vem apresentar um fluxo operacional deste para a construção de unidades habitacionais para famílias com renda de até três salários mínimos, destacando como se dá o processo inicial de aquisição do terreno para a construção destas unidades.

Primeiramente, o município divulga e disponibiliza a doação do terreno, após seleção o terreno é doado ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a construtora apresenta um anteprojeto e uma planilha de custos, depois disso há uma seleção pela Caixa da melhor proposta técnica e de preço, a Superintendência da Caixa encaminha para a prefeitura a análise de risco, engenharia e jurídica feita sobre a construtora e posteriormente a análise de risco, de engenharia e Trabalho Social e análise jurídica, o Comitê Regional da Caixa aprova e ocorre a contratação da empresa executora da obra.

De acordo com a Cartilha do PMCMV da Caixa Econômica Federal, a seleção prévia dos proponentes pela entidade organizadora deve seguir alguns critérios pré-estabelecidos: selecionando prioritariamente famílias residentes em áreas de risco ou insalubres, ou que tenham sido desabrigadas, famílias chefiadas por mulheres e famílias que possuam pessoa com deficiência na sua composição, cabendo ainda a inclusão de mais três critérios adicionais a serem estabelecidos pela entidade organizadora.

Não podem ser contempladas com o programa: pessoas que possuem imóveis ou financiamento imobiliário em qualquer lugar do país, que tenham participado e sendo beneficiado de programas habitacionais anteriormente, que possuam débitos não regularizados com a Receita Federal ou que tenham recebido a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da união ou de fundos (FGTS, FAR, FDS) com a finalidade semelhante ao do presente programa.

A análise dos beneficiários se processa inicialmente pelo enquadramento por renda familiar com a comprovação de renda formal ou informal, dos documentos pessoais, verificação do CADÚNICO (Cadastramento Único) e verificação do CADMUT (Cadastro Nacional de Mutuários), só não é feita a análise de risco de crédito.

O cadastramento das famílias é feito junto a prefeitura, estado ou movimento social e após ser selecionado o beneficiário é convocado a apresentar a documentação pessoal seja na Caixa, prefeitura ou em outro órgão credenciado, cabendo a assinatura do contrato somente no ato de entrega do empreendimento.

As unidades habitacionais construídas possuem uma tipologia padronizada e caracterizadas como tipologia 1 e tipologia 2. Assim as moradias de tipologia 1 correspondem a casas térreas com área total de 35 m², onde 32 m² equivalem a área interna, contendo estrutura hidráulica, elétrica, revestimento cerâmico e os demais elementos essenciais a constituição de um imóvel.

E as de tipologia 2 dizem respeito a apartamentos com área total de 42 m² e área interna de 37 m², com estrutura hidráulica, elétrica, revestimento cerâmico, assim como nos de tipologia 1.

O programa possui recursos do governo federal, dos estados e dos municípios que serão utilizados na aquisição do terreno, no projeto de engenharia, na assistência técnica, na administração da obra, na infraestrutura no que diz

respeito ao abastecimento de água, saneamento básico, iluminação pública, a edificação, o trabalho social entre outros gastos.

Com relação ao Trabalho Social (TS), segundo Taboada e Paz (2010) este consiste em um conjunto de ações de cunho sócioeducativo com o intuito de promover a inclusão social das famílias, baseado na realidade socioeconômica e cultural da população em uma atuação que se segue em consonância com a Política Nacional de Habitação.

Este trabalho social deve possuir inter-relações com as múltiplas áreas sociais, bem como com as diversas políticas públicas, sendo executado no período anterior ao começo das obras, durante as obras e no período pós-ocupação e suas ações são perpassadas por iniciativas que direcionam a participação da população, a interação da comunidade com as políticas sociais, promovendo cursos, palestras, capacitações, orientações com vistas à socialização de informações, elaborando através deste, diagnósticos sociais, avaliando e monitorando em intervalos periódicos os resultados obtidos.

Segundo o Ministério das Cidades com a nova Política Nacional de Habitação, os projetos de intervenções habitacionais devem obrigatoriamente além do trabalho da engenharia conter o Trabalho Social a ser desenvolvido junto às famílias beneficiárias de tais intentos.

Por todo o país em diversos programas e projetos do setor de habitação, o trabalho social é desenvolvido, com particularidades teóricas e metodológicas distintas que estabelecem relação com a gestão da localidade de intervenção, do tamanho da área, da quantidade de famílias abrangidas, as especificações do projeto, o tipo de unidade habitacional, com referência ao estilo de construção de moradias: verticalizadas ou horizontais, os riscos da localidade, entre outros elementos.

O Trabalho Social surge como um componente de extrema relevância e importância no que diz respeito a tentativa de se reverter o quadro histórico da política de habitação no Brasil que era o de privilégio das classes de maior renda em detrimento da classe de menor poder aquisitivo, dando a esta última possibilidades de superação da condição de vulnerabilidade e de adaptação nos novos empreendimentos habitacionais, orientando-as sobre como viver em comunidade.

Nesses programas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida, as famílias tem de desembolsar o valor da prestação da casa, com o intuito de fazer

com que as famílias tenham a sensação de pertencimento e propriedade do imóvel, no entanto existem outras contas a serem pagas como taxas de condomínio e taxas de consumo de serviços de água, luz o que pode parecer muitas vezes preocupante para uma família que durante quase toda a sua vida esteve excluída dessas obrigações.

Uma das estratégias do Trabalho Social deve ser voltada a questão acima citada, entendendo como ponto central o grau de vulnerabilidade da comunidade buscando utilizar artifícios que possibilite a esta superar suas dificuldades através da geração de renda e orientações junto à população, buscando além da abordagem de temas específicos do próprio Trabalho Social fazer a identificação e incorporação de outros temas como violência seja doméstica ou urbana, a geração de emprego e renda, intencionando uma diversificação e um maior planejamento nas ações a serem implementadas e executadas.

A participação da comunidade é ponto fundamental no que se refere a formulação de um diagnóstico das necessidades da localidade, pois o Trabalho Social ao realizar um chamamento junto a população para a participação na tomada de decisões agrega também a este além do elemento socialização de informações, o elemento mobilização.

Verifica-se que o Trabalho Social se processa e se desenvolve com particularidades dependendo da localidade, todavia ele segue direcionamentos mais ou menos definidos: como apoio nas intervenções físicas, junto a setores sociais buscando a promoção da inclusão social, no fortalecimento junto a organizações da sociedade civil ou no estímulo à participação da comunidade e é sistematizado através do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

Deste modo, a intersectorialidade se apresenta como facilitador deste trabalho, já que a sua realização e concretização dependem da integração com diversos outros setores, de educação, saúde, transporte, segurança pública, etc.

O trabalhador social deve na condução do Trabalho Social junto a comunidade ter a capacidade de articulação, de envolvimento com outros organismos municipais, estaduais fortalecendo as relações entre a comunidade local e os governos para que após a intervenção esta consiga desenvolver-se com as suas próprias forças, garantindo a sua manutenção.

No tocante, a contribuição do Serviço Social para o Trabalho Social em habitação, Taboada e Paz (2010) vem em um breve relato demonstrar o quanto importante é a figura do assistente social no desenvolvimento deste trabalho.

O Serviço Social no Brasil existe como profissão há mais de 70 anos recebendo influência da Igreja Católica inicialmente e mais adiante do Serviço Social norte-americano, pelo Serviço Social de caso, grupo e comunidade, sendo no período posterior a 1960 que há uma mudança no Serviço Social conservador, o qual é influenciado pelo referencial teórico crítico das ciências sociais, pelos movimentos do operariado e por mudanças na Igreja Católica, havendo o interesse de ruptura com o serviço social conservador e a inserção de um novo embasamento teórico. E nos anos de 1980 é instaurada uma discussão sobre a ética profissional, onde de forma inédita há o compromisso com a classe trabalhadora.

Através do 'Desenvolvimento da Comunidade' (DC) e por estratégia de agências internacionais, aderida pelo governo brasileiro, surge um campo de formação e de trabalho de uma diversidade de profissionais. Apesar de possuir uma base conservadora na sua origem, tem-se que é pelo DC que se dá espaço para os questionamentos e se assume compromisso profissional com os ideais da população. Pelo DC, buscou-se romper com o Serviço Social conservador e se teve o embasamento teórico dos assistentes sociais em habitação, com destaque para o Marxismo, sendo por essa teoria que se tem em todo o Brasil exemplo de experiências de trabalho social.

Com o novo Código de Ética Profissional (1993) se estabeleceu diretrizes para o exercício da profissão de Serviço Social intencionando uma legitimação social para ela e uma segurança na qualidade da realização dos serviços. Deste código infere-se que o assistente social deve defender sem distinção os direitos humanos, promover, ampliar e consolidar a democracia, defender a igualdade e justiça social, assegurar o acesso aos benefícios oferecidos pelo setor público, incentivar a eliminação de qualquer maneira de preconceito, enfim o Serviço Social é uma profissão interventiva e atua junto às expressões da questão social e atua em diversos espaços sócio-ocupacionais, inclusive no espaço habitacional, juntando-se a outros profissionais para agir em defesa do direito à cidade e de uma moradia com dignidade.

2.2 Processos de inclusão e exclusão social e o direito à moradia como constituinte dos Direitos humanos

Para Faleiros (2006) existe uma grande vinculação entre inclusão e exclusão, sendo assim faces da mesma moeda e inserida nas relações de poder marcadas por desigualdades. Ou seja, a inclusão não se dá em sua totalidade, ao passo em que se inclui em um direito se exclui de outro.

Os processos de inclusão e exclusão vão se dando nas correlações de forças e se caracterizam pela inserção ou expulsão nas esferas socialmente reconhecidas. Desta maneira inclusão e exclusão pode se referir a maior ou menor dependência de outrem, de instituições públicas, a qualificação ou não profissional, ao acesso a bens materiais, a centralidade ou rejeição a áreas periféricas no território, aos rendimentos do trabalho, a discriminação ou aceitação social, níveis maiores ou menores de exposição à violência, etc.

Ao se considerar a cidadania como ponto de partida para a participação e garantia de acesso à efetivação dos direitos, Faleiros (2006) *apud* Marshall (1988) irá definir cidadania partindo dos direitos civis, políticos e sociais. Todavia quando se tem essa inserção começa a ocorrer também uma sujeição a legislações que ao passo em que inclui os direitos de uns limita os dos outros.

a exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, [...] (FALEIROS: 2006; p.4).

A inclusão e a cidadania são processos complexos construídos historicamente diversificadamente, perpassados de modificações, transformações e de redução das desigualdades, das disparidades entre os sujeitos, e de afirmação da identidade, da segurança, do acesso ao lazer, à saúde, educação, saneamento, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária, aos equipamentos sociais, a liberdade, o acesso à cidade entre outros.

Silva (2011) relata que a desigualdade social é característica marcante da sociedade capitalista, tendo já neste processo de inclusão no sistema onde se tem a exploração do homem pelo homem início do processo de exclusão social dividindo a sociedade em classes: de detentores dos meios de produção e de detentores da força de trabalho a ser vendida e explorada.

Ao se analisar a cena contemporânea de predominância do ideal neoliberal o capitalismo, percebe-se que este tem agravado ainda mais os problemas sociais, com maneiras cada vez mais degradantes de exploração da força de trabalho, almejando o crescimento das taxas de lucro, substituindo de modo significativo o trabalho vivo pelo trabalho morto acrescentando a cada dia mais o exército de reserva, o que torna vulnerável a classe trabalhadora colocando-a numa situação de pobreza extrema, com a flexibilização das relações de trabalho, de produção e de diminuição da intervenção do estado nas problemáticas sociais deixando a cabo da sociedade civil a resolução de muitos desses problemas.

Se a desigualdade social é inerente e resultante do processo capitalista de exploração, a vulnerabilidade se apresenta como categoria que também deriva desta dinâmica.

O termo vulnerabilidade pode ser utilizado de modo alternativo aos termos inclusão e exclusão social e remete a restrição ou limitação da garantia de acesso a determinado direito propriamente dito ou bem comum a todos os sujeitos sociais.

A desigualdade imposta pela lógica neoliberal coloca os sujeitos em uma situação de vulnerabilidade social, pelo fato de que o estado ao ser responsável por garantir os direitos destes por intermédio das políticas sociais não se impõe de maneira universalista na execução destas, posto que na contemporaneidade elas tendam a se processar através de medidas focalizadas que dificilmente irão fortalecer a cidadania.

Percebe-se assim a existência de uma relação de proximidade entre vulnerabilidade e questão social, se apresentando como resultado do desenvolvimento e evolução do sistema capitalista onde a extinção destes só se tornará viável dentro de uma lógica alternativa a do capitalismo.

Ferreira Filho (2005) ao abordar em suas discussões o estado de direito e a segurança dos direitos dos homens, aponta que o nascimento do estado contemporâneo tem seu nascimento datado por volta do final do século XVIII, com um interesse objetivo de extinguir a tomada de decisões realizadas unicamente pela

vontade, bel-prazer dos governantes, baseadas em um poder despótico e instituir uma reforma, criando um governo pautado em leis e não na vontade de homens.

O direito justo que não volitivo aos governantes é baseado no primado geral da igualdade e impessoalidade, da constituição pela instituição de normas e regras inalteráveis e que visam garantir e respeitar os direitos dos homens, tidos como direitos fundamentais, expressos em pactos na declaração de direitos.

A primeira geração dos direitos fundamentais constitui as liberdades públicas e diz respeito aos direitos dos homens, no que lhes é possível ou não fazer, incluindo o direito de ir e vir, à propriedade, segurança, à liberdade de locomoção, de opinião, entre outros. A segunda geração é conferida aos direitos sociais e econômicos como complementaridade dessa primeira geração. E a terceira não totalmente reconhecida remete aos direitos de solidariedade.

Sobre os direitos econômicos e sociais agregados as liberdades públicas, o que se percebe é que estes primeiros foram geridos ao término da Primeira Guerra Mundial, todavia diversos fatos levaram a sua constituição.

O período compreendido entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX pode ser considerado como um momento histórico em que se tem agravado de modo significativo os problemas sociais, caracterizados como a Questão Social relacionada diretamente a luta de classes e ao alto grau de exploração e degradação dos trabalhadores da indústria.

O processo de marginalização da classe trabalhadora, que deixada de lado, excluída dos benefícios da vida em sociedade, sem as condições mínimas de higiene, segurança, relegada a sujeição levou esta classe a se revoltar e apresentar-se e representar-se de maneira contrária e hostil a classe dominante, se organizando e lutando por melhorias.

A partir deste contexto histórico, diversas reivindicações se sucederam ao longo da história tendo como exemplo de grande relevância a pressão pelo direito de voto universal, seguindo rumo a uma reforma política e social e a constituição de uma diversidade de documentos, como tratados, constituições, declarações tratando sobre os direitos fundamentais.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), promulgada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas surgiu como uma espécie de coroação para essas lutas em favor dos direitos fundamentais.

Nela, está expresso o direito à liberdade pessoal, à igualdade e proibição as discriminações, os direitos à vida, à segurança, ao trabalho, à associação sindical, ao repouso, aos lazeres, à saúde, à educação, explicitando de maneira clara e objetiva todos os direitos que concretizados levarão os sujeitos a construção de um padrão de vida adequado, com acesso aos meios de sua subsistência, que é perpassado pelo direito à alimentação, ao vestuário e moradia, entre outros.

Com relação ao último direito citado no parágrafo anterior, o direito à moradia, tem-se que este está expresso no artigo XXV da mesma declaração supracitada e está também contido na Constituição Federal de 1988 do Brasil, constituição essa que promulgada em tempos de reivindicações sociais vem para dar forma as políticas sociais da época, anunciando em seu artigo 6º a habitação como um direito, incluído no rol dos direitos sociais.

Art 06. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, à moradia, o lazer, a segurança, à Previdência Social, a proteção, à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição (BRASIL: 1988; p.20).

Assim, o direito à moradia, ao ser considerado um direito social, constitucional e humanogarante por intermédio de legislações específicas e assegura a todos os sujeitos sociais individuais ou coletivos a obrigatoriedade por meio de regulamentações jurídicas concretas e delineadas pelo Estado, o direito à cidade e a todos outros que são gerados por este.

CAPÍTULO III – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE: ANÁLISE DOS DADOS SOBRE OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO II DESTE MESMO MUNICÍPIO

3.1 Caracterização do campo de estágio

O campo de estágio de alocação do pesquisador foi no Programa Minha Casa Minha Vida no município de Juazeiro do Norte – CE, no Condomínio Tenente Coelho II no Trabalho Técnico Social (TTS) pós-ocupação desenvolvido pela Caixa Econômica Federal em conjunto com a Secretaria da Cidade do mesmo município, onde nesta última são desenvolvidos projetos no setor de habitação da cidade, com vistas a delinear uma política habitacional nesta em conformidade com a Política Nacional de Habitação.

O TTS, segundo Taboada e Paz (2010), pode ser entendido como um conjunto de ações de características predominantemente sócioeducativas que intencionam promover a inclusão social da população, a sua participação e interação com o resto da comunidade através da socialização de informações via cursos, palestras, orientações, geração de renda entre outros.

É no desenvolvimento deste trabalho social que se deram as experiências de estágios supervisionados I e II do pesquisador, contabilizando um total de 400 horas junto à população lá inserida, acompanhando as atividades diárias das assistentes sociais e de toda a equipe social, realizando junto com elas visitas domiciliares tentando entender os anseios e dificuldades da comunidade, fazendo levantamentos sobre os impactos deste trabalho social, promovendo ações sociais com a vinda de médicos, psicólogos, agentes de saúde, entre outros profissionais

para a localidade, realizando capacitações para o setor de administração do condomínio, cursos e reuniões com os moradores, comemorações de eventos e ações interdisciplinares e intersetoriais procurando integrar a população socialmente ao direito de acesso às demais políticas sociais.

Deste modo, compreende-se este espaço como um local de aprendizado e apreensão da realidade não somente como um espaço de realizações e concretizações de objetivos reais, mas permeado também por dificuldades, impedimentos à efetivação de direitos dos usuários, de angústias pela não conclusão das ações implementadas, da falta de compromisso e descaso dos políticos para com a população e de sensação muitas vezes de impotência diante as problemáticas publicizadas.

Considera-se que este contato preliminar com a realidade seja de extrema relevância para a formação profissional e pessoal contribuindo com a possibilidade de criação de novas estratégias de superação dos problemas enfrentados, se colocando como uma oportunidade de conhecimento, interação e surgimento de expectativas.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada na pesquisa consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica, documental pautada na análise de livros, artigos e legislações que nortearão e servirão de base para a constituição da pesquisa em foco, e de campo com a coleta de dados junto à população.

A pesquisa tem como sujeitos os beneficiários titulares do Programa Minha Casa Minha Vida do Condomínio Tenente Coelho II, do município de Juazeiro do Norte-CE, sendo de caráter qualitativo, já que serão trabalhados elementos discursivos e analíticos, ao passo que também se abordará elementos quantitativos.

Para Minayo (2008) não existe uma hierarquização entre pesquisa quantitativa e qualitativa, como se esta primeira viesse em primeiro plano e fosse de maior importância que a segunda, mas sim uma relação de complementaridade, sendo cada uma composta por natureza distintas. Deste modo, a pesquisa quantitativa visa por intermédio da estatística, descrever e explicar fenômenos que seguem regularidades e possuem relação com a exterioridade e não interioridade dos sujeitos, enquanto a qualitativa busca em sua abordagem um aprofundamento

baseado nos significados, não sendo visível necessitando ser externalizada e interpretada pelos próprios sujeitos da pesquisa.

O público alvo já destacado linhas acima será abordado não em sua totalidade, universo, mas apenas por amostra. Sendo assim, o universo da pesquisa corresponde a um total de 352 unidades habitacionais, ou seja, 352 famílias das quais apenas 10% deste universo serão abordadas na pesquisa, tomadas como amostra, equivalendo a um total de 35 famílias beneficiárias, devido à inviabilidade de se trabalhar com o todo.

Gil (2007) vem afirmar que a amostra deve ser compreendida e analisada como um subconjunto de um universo específico.

A pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril de 2014. O local de sua concretização foi na cidade de Juazeiro do Norte-CE no bairro Aeroporto, nas proximidades do Aeroporto Regional do Cariri, no Condomínio Tenente Coelho II do Programa Minha Casa Minha Vida.

O local foi assim escolhido tomando por base a experiência adquirida através da visualização e percepção vivenciada em ambos os períodos de estágio, tanto no estágio supervisionado I como II, onde pelo contato com a realidade e entendimento das problemáticas lá apresentadas se despertou o interesse de se aprofundar mais nessa compreensão, tentando criar estratégias de superação junto a essa população.

O instrumental de coleta de dados adotado é a entrevista semiestruturada, presente no apêndice A deste trabalho, pela qual será depreendido pelas respostas dadas pela população o seu posicionamento sobre os impactos sociais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida nas suas vidas no tocante ao processo de inclusão social após sua inserção em tal programa. Para tanto, serão utilizados gráficos que contribuirão na exposição dos dados, acompanhados das suas respectivas interpretações.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de algum problema social (MARCONI; LAKATOS: 2005; p. 197).

É pela entrevista que se tem um direcionamento e se sistematiza a coleta de dados visando a obtenção de respostas vinculadas a resolução do problema em análise. Para tanto essa relação entre entrevistado e entrevistador deve se processar da maneira mais natural possível, se distanciando de um caráter policialesco.

Por isso, a utilização deste instrumental de pesquisa nesta análise foi baseada na resolução CNS nº466/2012, do Conselho Nacional de Saúde que aponta as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, com o intuito de garantir os direitos e deveres tanto da comunidade participante, sujeitos da pesquisa como os próprios pesquisadores. Com uma ênfase maior no cumprimento dos princípios éticos que norteiam toda e qualquer profissão, sendo no caso específico o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993.

Assim por intermédio das suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contido no Apêndice B, os participantes declaram que foram esclarecidos sobre o teor e objetivo da pesquisa, estando livres de qualquer tipo de coação podendo se desligar a qualquer momento da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo, já que na análise dos dados não serão utilizados os seus nomes e sim uma sequência iniciada de E1 até E35.

3.3 Análise e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa

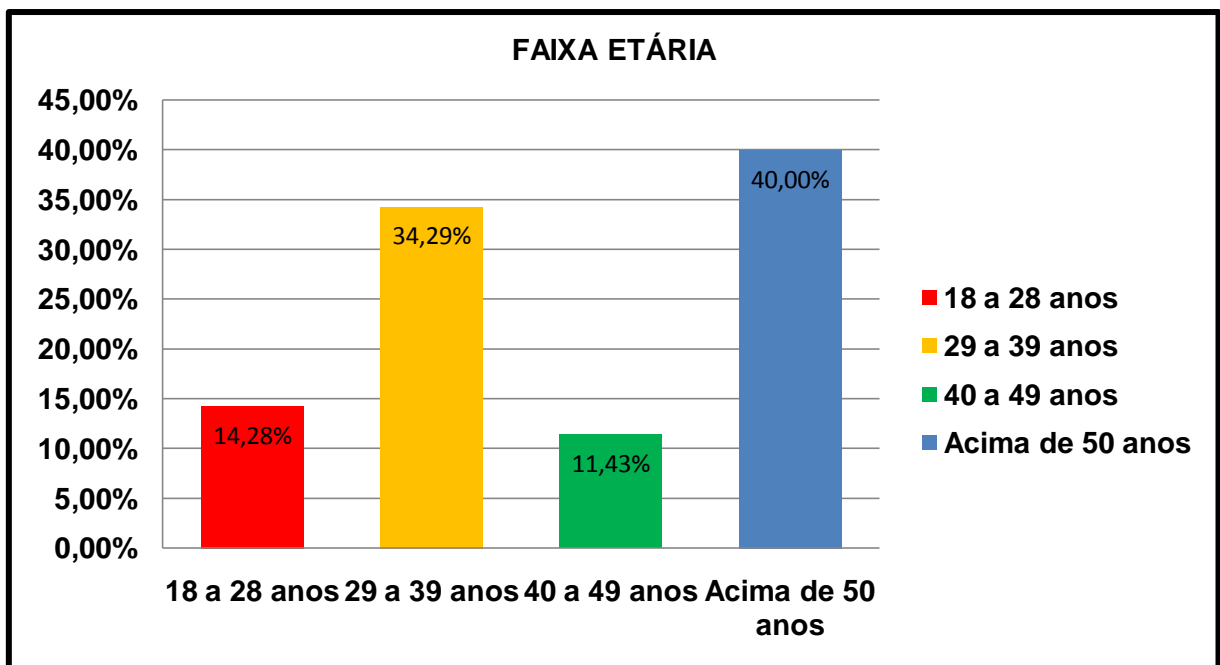
Como em toda e qualquer pesquisa a coleta de dados é um elemento indispensável e integrante de um processo maior que é o da construção e evolução do conhecimento. Todavia, cabe destacar que os dados por si só não dizem muita coisa, necessitando de um esclarecimento, interpretação, análise para que se exponha o real e verdadeiro sentido destes, expressando os seus significados.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL: 2007; p.168).

Toda a abordagem quantitativa realizada pela pesquisa será processada por meio de gráficos, usados com intuito de facilitar a compreensão e produzir um efeito visual melhor dos dados coletados, colocando-os de maneira objetiva e claratmando por base uma amostra do universo da pesquisa composta por um total de 35 famílias, equivalendo a 10% deste universo que é de 352 famílias.

A abordagem qualitativa será pautada na análise dos discursosdos entrevistados, buscando relacionar as suas falas com o objetivo da pesquisa tentando esclarecê-lo e ir de encontro a sua concretização, com base no roteiro da entrevista contido no anexo A deste trabalho, seguindo a sequência das perguntas que trazem inicialmente elementos quantitativos e em seguida há uma mesclagem.

GRÁFICO 1 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA



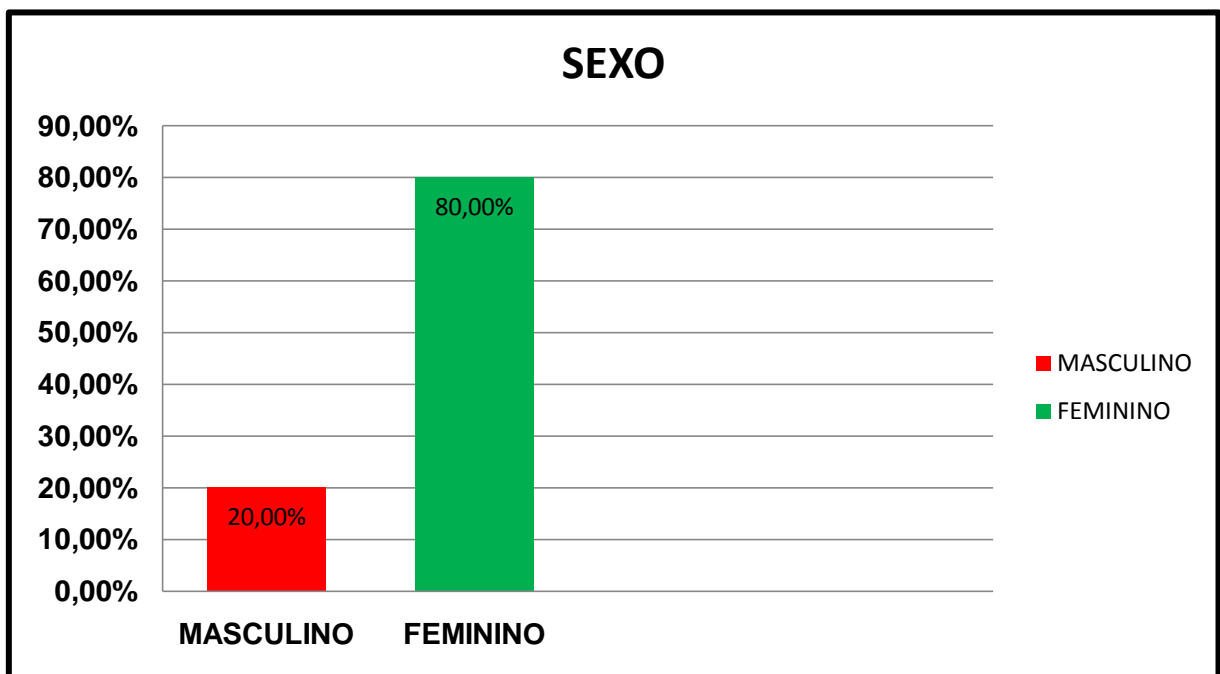
FONTE: Primária, 2014.

No gráfico acima, identificado como gráfico 1, busca-se traçar inicialmente o perfil dos beneficiários entrevistados no quesito idade. Deste modo, pelo exposto pode-se inferir que 40% dos beneficiáriosentrevistados têm idade superior a 50 anos, 34,29% tem idade compreendida entre 29 e 39 anos, 14,28% tem idadeentre 18 e 29 anos e 11,43% do total de entrevistados possuem faixa etária entre 40 e 49 anos de idade.

Percebe-se assim que existe uma prevalência maior de pessoas com idade superior a 50 anos de idade e uma aproximação do número de beneficiários entrevistados com idade entre 18 e 28 e 40 e 49 anos.

Deste modo, ao se visualizar a expressividade de pessoas com idade acima de 50 anos e entre 29 e 39 anos entende-se que nestas faixas etárias de um modo geral, o homem possui certo grau de maturidade e experiência de vida que o torna capaz de fazer suas escolhas e tomar decisões mais conscientes sobre sua vida e de sua família.

GRÁFICO 2– ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O SEXO



FONTE: Primária, 2014.

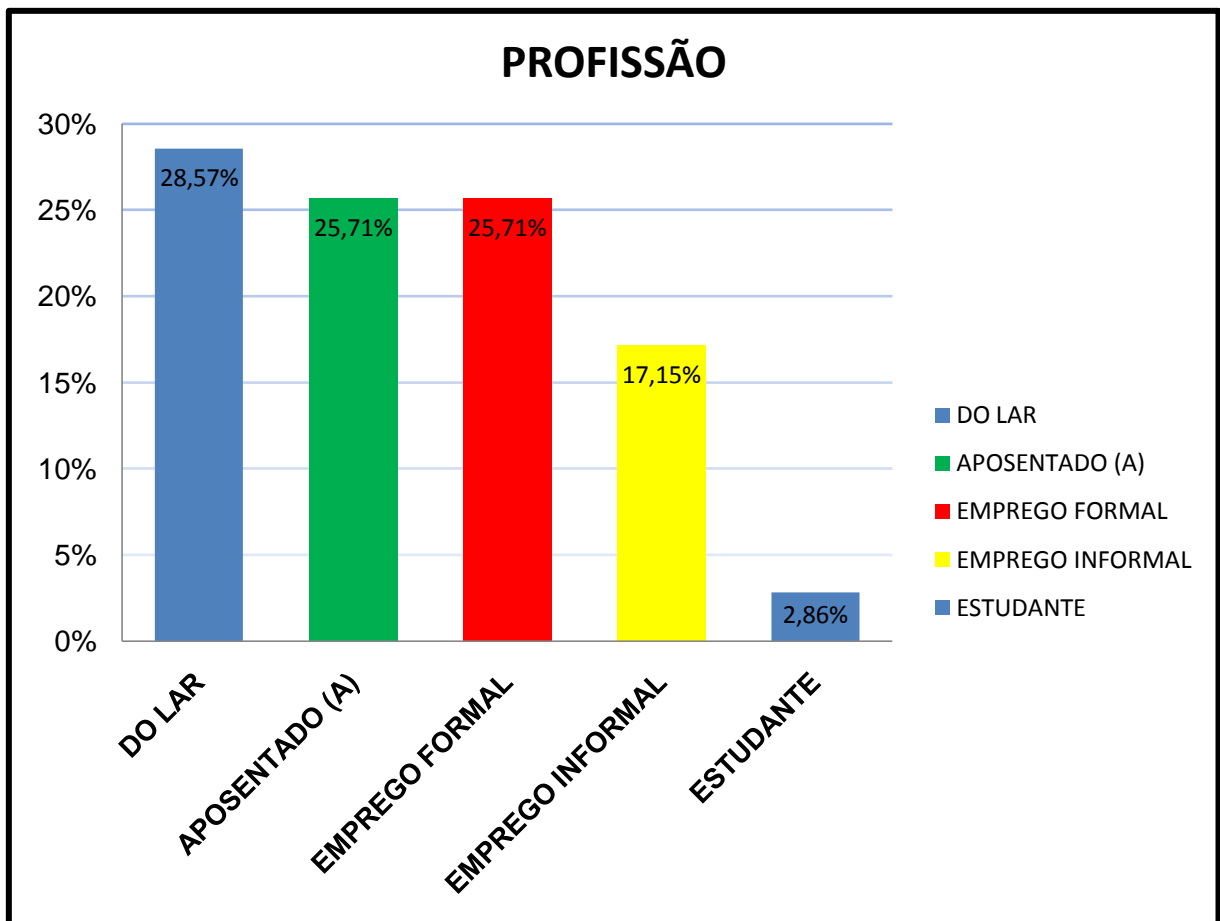
O gráfico 2 vem caracterizar a amostra da população entrevistada segundo o sexo, masculino ou feminino, demonstrando claramente que cerca de 80%, correspondente a 28 pessoas, dos beneficiários entrevistados são do sexo feminino e apenas 20%, cerca de 7 pessoas são do sexo masculino.

Sendo assim explicitado, compreende-se então que o Programa Minha Casa Minha Vida executado no município de Juazeiro do Norte-CE, no empreendimento

tenente Coelho II cumpriu em certa medida uma das metas do programa que é a de dar prioridade para as mulheres no que diz respeito à titularidade do imóvel.

Os programas habitacionais desenvolvidos e executados na atualidade, ao reconhecerem que por diversos fatores históricos e culturais a mulher brasileira quase sempre ao se divorciar do seu cônjuge fica com a guarda dos filhos e na maioria dos casos é obrigada a deixar a casa onde mora, porque esta pertence ao marido, o qual possui a titularidade do imóvel e muitas vezes não há uma oficialização do matrimônio trazem como novidade a inserção da mulher na detenção da titularidade do imóvel dando prioridade e visando dar mais segurança, proteção e garantia para a mulher com relação a casa.

GRÁFICO 3 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A PROFISSÃO



FONTE: Primária, 2014.

O gráfico ora analisado expõe que cerca de 28,57% dos entrevistados não relataram exercer nenhum tipo de profissão, seja ela formal ou informal se colocando como pessoas do lar que exercem apenas atividades domésticas em suas próprias residências, sem no entanto receberem contrapartida financeira por isso.

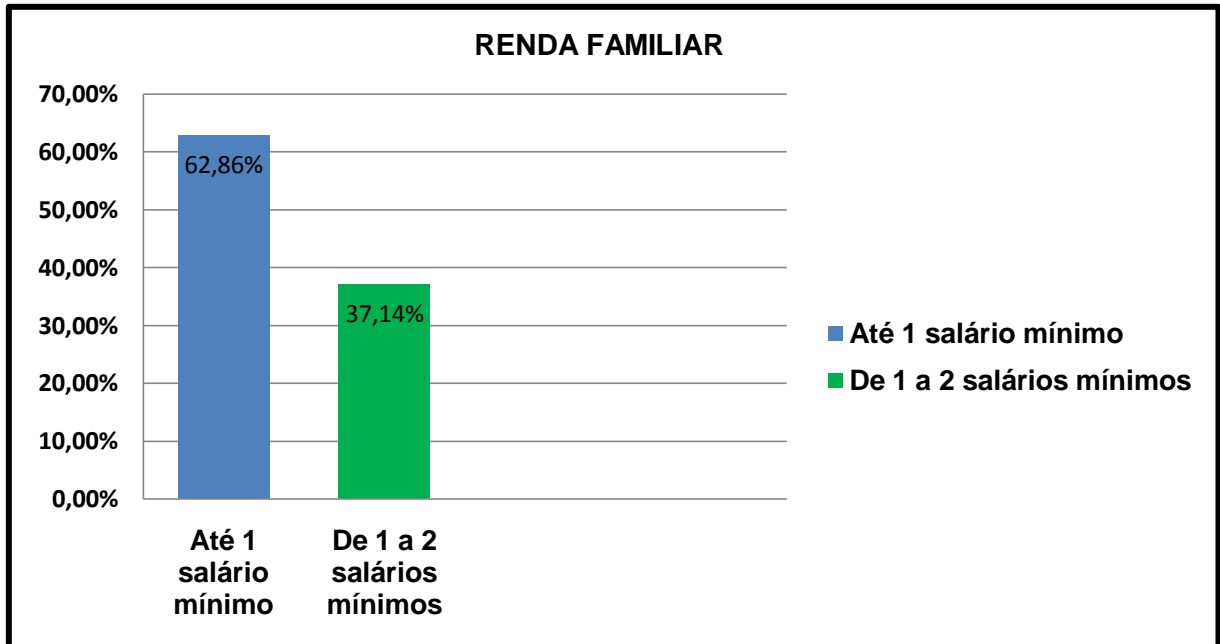
Está exposto também que 25,71% dos entrevistados são aposentados e 25,71% estão inseridos no mercado formal por meio de profissões diversas, 17,15% se declararam como trabalhadores informais e apenas 2,86% do total são estudantes.

Fica assim explícito que menos de 30% da amostra entrevistada está inserida no mercado formal de trabalho e que cerca de menos de 20% desta está inserida no mercado informal, demonstrando que mais de 50% desses entrevistados ou são pessoas do lar, aposentados ou estudantes, revelando desta forma características do mercado de trabalho brasileiro como a informalidade, a destituição dos direitos trabalhistas, a precarização das relações de trabalho e o alto índice de desemprego.

Um em cada quatro brasileiros encontra-se na informalidade, destituído de um contrato formal de trabalho, de direitos trabalhistas e previdenciários. Privado, portanto, dos requisitos que, na formação política brasileira, deram sustentação à cidadania regulada. (IAMAMOTO: 2009; p.56).

Pela citação acima se pode ter uma noção da precariedade das relações de trabalho, vista como ramificação da questão social e expressão tão antiga quanto contemporânea da realidade trabalhista no Brasil.

GRÁFICO 4 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A RENDA FAMILIAR



Fonte: Primária, 2014.

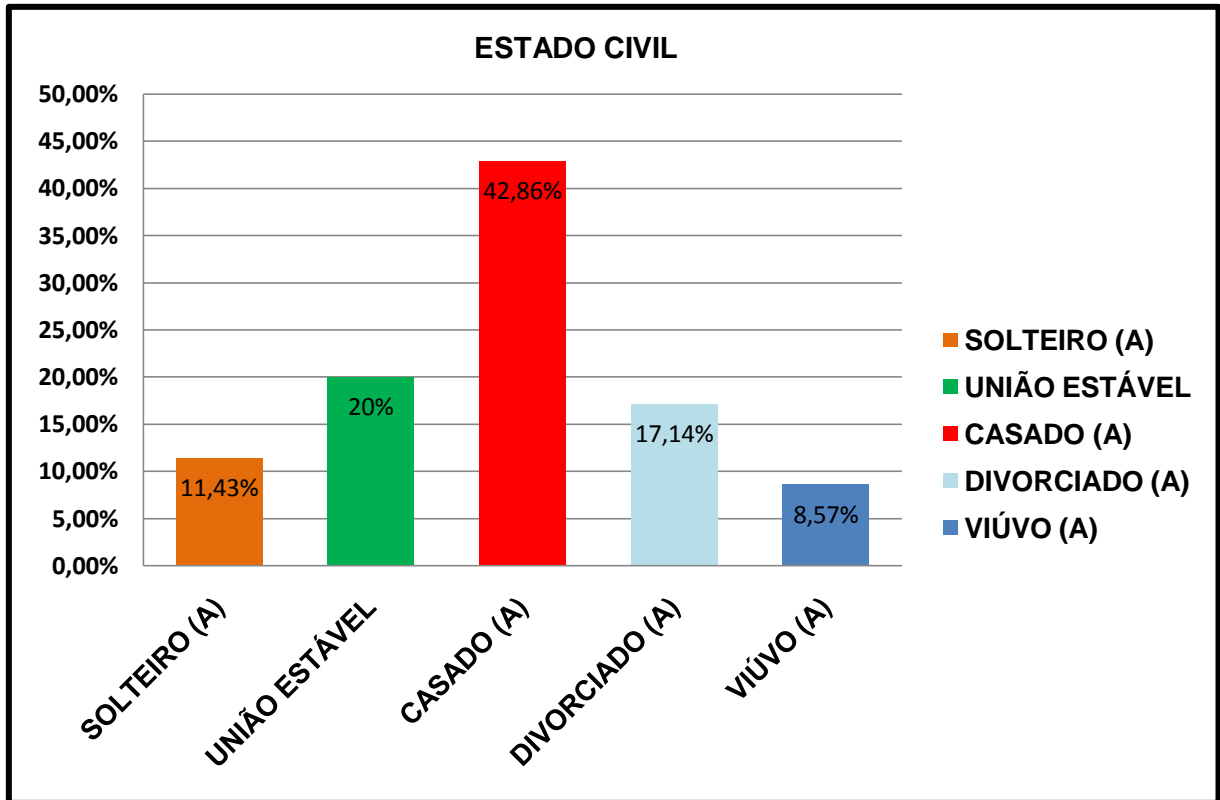
No quesito renda familiar visualiza-se que 62,86% dos entrevistados apresentam uma média de renda variável de até um salário mínimo e que 37,14% possui renda familiar que oscila entre 1 e 2 salários mínimos.

Com relação a renda familiar variável de 2 a 3 salários mínimos e acima de 3 salários mínimos, o que está expresso é que nenhum dos entrevistados possui renda igual ou superior a esses valores, apresentando renda familiar inferior a estes, oscilante entre 1, e 1 e 2 salários mínimos.

Deste modo, percebe-se que a amostra entrevistada se encontra dentro dos requisitos básicos do programa no tocante a renda, todavia aponta que parcela significativa dessa amostra sobrevive com renda inferior a um salário mínimo.

Se a realidade do país é de crescimento visualiza-se que este se dá mais do ponto de vista econômico do que social, as mudanças, avanços e melhorias estão ocorrendo, mas mesmo assim o número de famílias que ainda estão abaixo da linha da pobreza é expressivo, o que leva a questionamentos sobre a própria política habitacional do país e do programa em análise que realiza o cadastramento de famílias que possuem renda zero que se quer possuem meios de subsistência que dirá arcar com a prestação do imóvel, taxa de condomínio entre outras obrigações.

GRÁFICO 5 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL



FONTE: Primária, 2014.

O gráfico 5, apresentado acima, realiza uma descrição da amostra pautado na apresentação dos dados desta segundo o estado civil dos beneficiários entrevistados.

Sendo assim, demonstra uma grande expressividade dos beneficiários que se colocaram como casados oficialmente, cerca de 42,86% o que caracteriza ainda uma prevalência do modelo tradicional de família, com o pai, a mãe e sua prole, variando de família para família apenas com relação ao número de filhos ou com a ausência destes, mas com a existência do matrimônio legal, oficial.

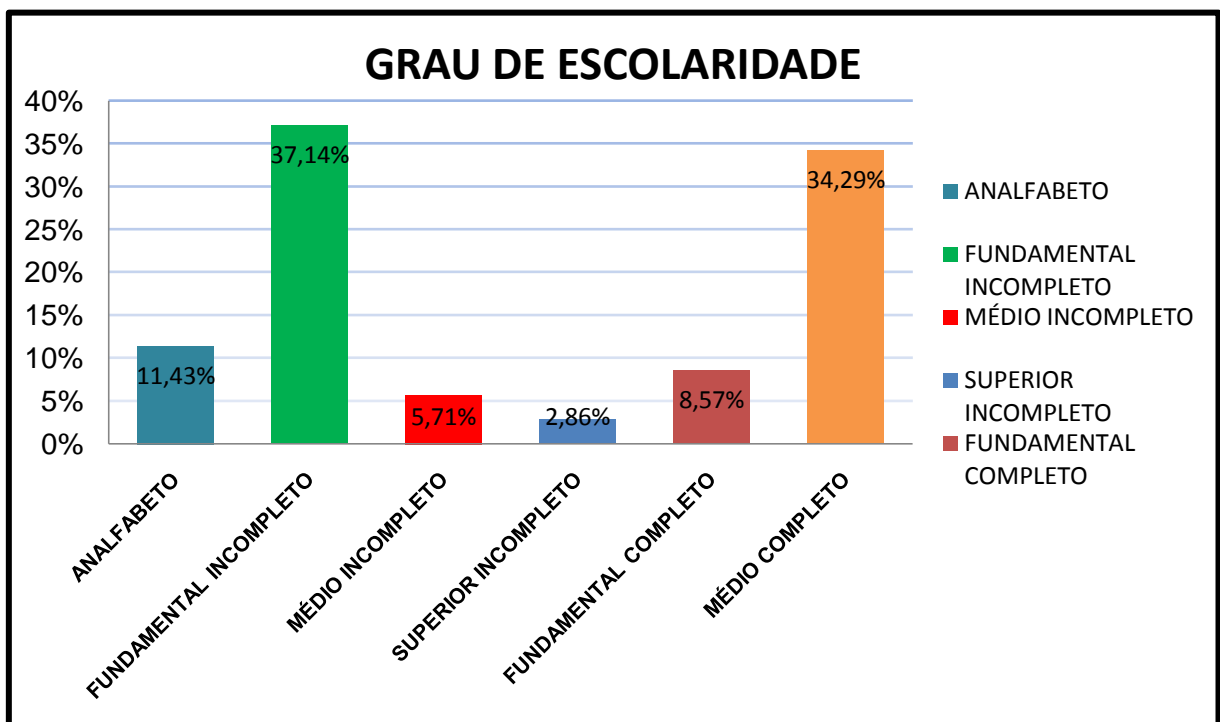
Casado: utilizam essa denominação todas as pessoas (homem e mulheres, capazes para tal) que celebrarem entre si o casamento civil (seja ele por procuração, consular ou qualquer outro), adotando por este meio um tipo de regime de bens (comunhão parcial, separação total, comunhão universal, entre outros) e vivendo de acordo com os direitos e deveres estabelecidos pelo Código Civil. (...) Solteiro: qualificam-se como solteiras todas as pessoas que ainda não contraíram núpcias com outrem, ou seja, não celebraram casamento. (FERMENTÃO E NOGUEIRA: 2006; p.491/492).

Continuando com a análise percebe-se que 20% dos entrevistados declararam-se como não sendo casados oficialmente, mas que tem estabelecido com outra pessoa uma relação de união estável e vivem sob o mesmo teto.

Cerca de 17,14% se apresentam como divorciados, 11,43% como solteiros e 8,57% como viúvos.

Percebe-se assim que quase 40% destes entrevistados ou sobrevivem sozinhos, com a família, com amigos, mas possuem características em comuns que é a de não estarem estabelecendo vínculos conjugais com nenhuma pessoa e se enquadrando nas categorias de solteiros, divorciados ou viúvos.

GRÁFICO 6– ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE



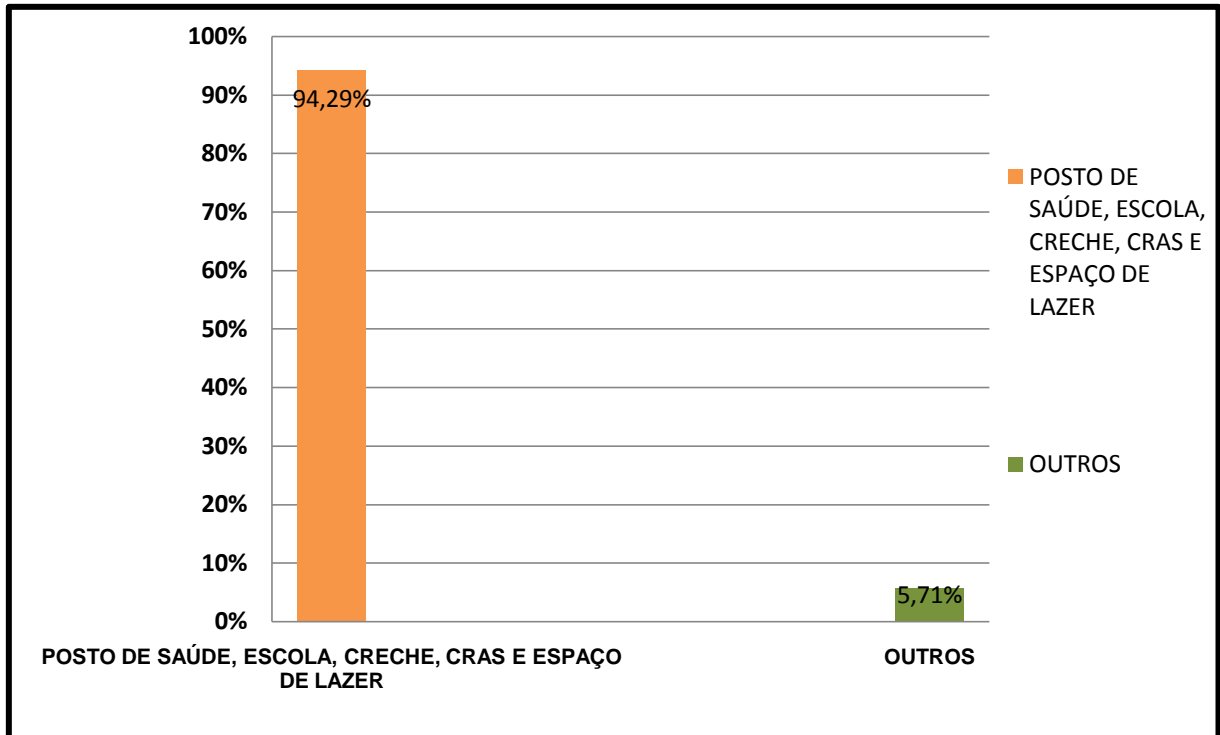
FONTE: Primária, 2014.

O gráfico em referência expõe que no que diz respeito ao grau de escolaridade das pessoas entrevistadas, há uma parcela considerável de beneficiários que não concluíram o ensino fundamental, correspondendo a um total de 37,14% e outra parcela equivalente a 34,29% que concluiu o ensino médio.

Com relação a outras parcelas importantes, mas não tão expressivas infere-se que 11,43% dos entrevistados se colocaram como analfabetos, 5,71% com o ensino médio incompleto, 8,57% que possui o ensino fundamental completo e apenas 2,86% possui nível superior incompleto.

Diante do exposto pode-se constatar um problema visível e alarmante na sociedade brasileira que é o baixo grau de escolaridade da população, tendo em vista que em uma amostra 35 entrevistados, 12 pessoas concluíram o ensino médio e somente 1 possui o nível superior incompleto.

GRÁFICO 7 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO BAIRRO DE ORIGEM E QUE INEXISTEM NA COMUNIDADE ATUAL DE FÁCIL ACESSO E QUE ABRANJA A LOCALIDADE DO EMPREENDIMENTO



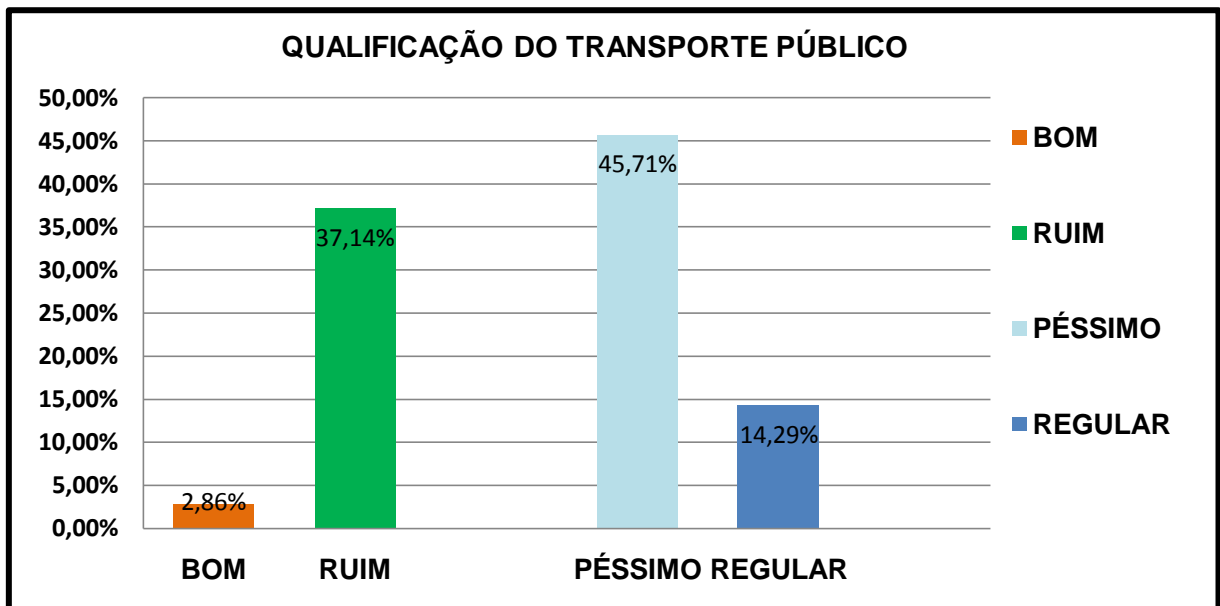
FONTE: Primária, 2014.

Na exposição dos dados acima, a amostra da população entrevistada ao ser indagada sobre os equipamentos sociais que existiam no bairro de origem e que não existem na localidade atual do empreendimento do programa habitacional em análise, demonstra claramente um grande problema histórico no que concerne ao desenvolvimento da política habitacional no Brasil, que é a execução de programas e projetos habitacionais que concebem um número até considerável de unidades habitacionais, mas que não dão conta de junto a concessão de uma dada unidade habitacional promover para a população abrangida a garantia dos múltiplos direitos e necessidades que dela irrompem.

Assim, em uma amostra de 35 pessoas onde 94,29%, ou seja, quase a totalidade dessa amostra entrevistada afirma que posto de saúde, escola, creche, CRAS e espaço de lazer existiam nos seus bairros de origem e 5,71% deste total apontam a existência de outros equipamentos sociais nestes bairros além dos já citados, tidos como equipamentos sociais que visam oferecer serviços essenciais a vida, tanto em sociedade como a própria vida no seu sentido biológico e que inexistem na localidade do empreendimento, percebe-se claramente que o exposto no parágrafo anterior é reafirmado na apuração dos dados ora realizada.

Pela opinião explicitada e externalizada no gráfico se tem a possibilidade de compreensão de que mais uma vez se concretiza uma intervenção habitacional e muitas das ações, das metas desta intervenção não foram cumpridas e novamente se cria um novo bairro, uma nova comunidade composta por unidades habitacionais de fato, capazes de reduzir o déficit habitacional em número, mas não com a capacidade mínima se quer de garantir a evolução dessa comunidade, via efetivação de direitos sociais decorrentes do espaço urbano, englobando saúde, educação, lazer entre outros.

GRÁFICO 8 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE QUALIFICAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO DIRECIONADO À COMUNIDADE



FONTE: Primária, 2014.

Com relação ao gráfico 8, tem-se que ele vem apresentar a opinião dos entrevistados segundo a qualificação do transporte público, baseado na exposição de 6 adjetivos: bom, ruim, ótimo, péssimo, regular e inexistente.

Deste modo, visualiza-se que 45,71% dos entrevistados, ou seja, uma maioria de quase 50% do total considera o transporte público direcionado a área como sendo de péssima qualidade e 37,14% aponta esse transporte como ruim o que em certa medida torna perceptível a insatisfação da população com a prestação deste serviço, entendida pela interpretação realizada das falas dos entrevistados, que seguem abaixo:

“Porque eu acho os ônibus velhos de mais, demora e só vive no prego”. E (22).

“Primeiro, poucos ônibus e a maioria com problemas, velhos.”
(E1).

“Porque vive dando o prego. A falta de qualidade”. (E4).

“Porque é lotado, quebra direto.” (E18).

Um total de 14,29% dos entrevistados apontou o transporte público da localidade como regular e apenas 2,86% afirmou ser bom o transporte público, o que se percebe nas seguintes falas, ou por utilizar pouco o transporte ou por analisar pelo fato de se ter transporte para a localidade.

“Porque ele serve e ao mesmo tempo deixa a desejar”. (E12).

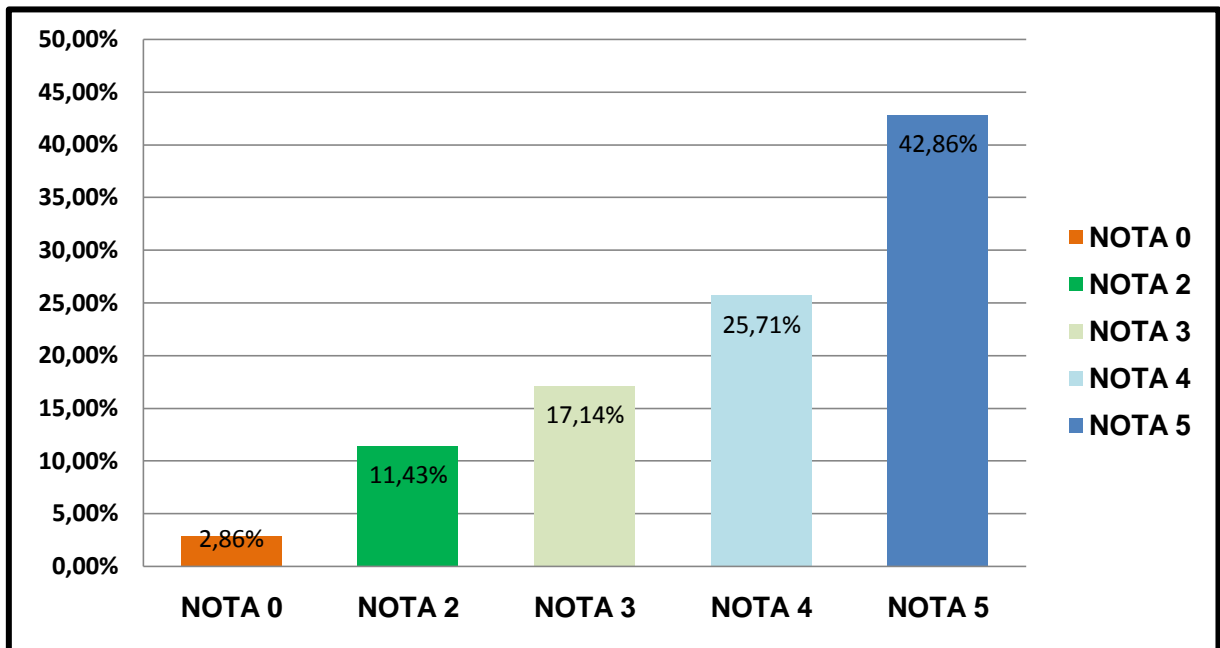
“Eu não utilizo, mas quem depende é difícil”. (E13).

“Não utilizo, muito difícil”. (E32).

Nenhum dos 35 entrevistados considerou o transporte público da localidade como ótimo ou inexistente.

GRÁFICO 9- ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS
SEGUNDOA AVALIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NA SUA TOTALIDADE

(INFRAESTRUTURA URBANA, DA CASA, TRANSPORTE PÚBLICO, SAÚDE, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO) COM NOTA VARIÁVEL DE 0 A 5



FONTE: Primária, 2014.

O gráfico 9 traz na sua apresentação, a exposição da qualificação por intermédio de notas atribuídas pela população entrevistada quando indagada sobre sua avaliação do empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida desenvolvido no bairro Aeroporto, no Condomínio Tenente Coelho II do município de Juazeiro do Norte – CE, no que diz respeito ao empreendimento na sua totalidade, englobando a infraestrutura urbana, da casa, transporte público, saúde, planejamento e execução do projeto como um todo.

Pelo o que se visualiza, cerca de 42,86% dos entrevistados que correspondem a um total de 15 pessoas atribuem nota máxima ao empreendimento e 25,71% dos entrevistados, equivalente a um total de 9 pessoas atribui nota 4 o que demonstra um posicionamento positivo e favorável com relação ao que foi desenvolvido para a comunidade, visto que se somados esses valores chegam a mais de 60% da população entrevistada que atribui nota elevada, apontando para uma qualificação do empreendimento que pode ser enquadrada entre ótima e excelente.

Dando continuidade a explanação, nota-se que de um total de 35 entrevistados apenas 1, que corresponde a 2,86% atribui nota 0 ao desenvolvimento

e conclusão do empreendimento e 0% destes atribui nota 1, apresentando-se de maneira inexpressiva diante as demais notas aplicadas.

Outra consideração a ser feita é a de que 11,43% destes entrevistados, cerca de 4 pessoas atribui nota 2 e 17,14% que equivale a 6 pessoas atribui nota 3. Assim, infere-se que menos de 29% do total qualifica o empreendimento com notas 2 e 3 dando a este uma qualificação que varia entre boa e regular.

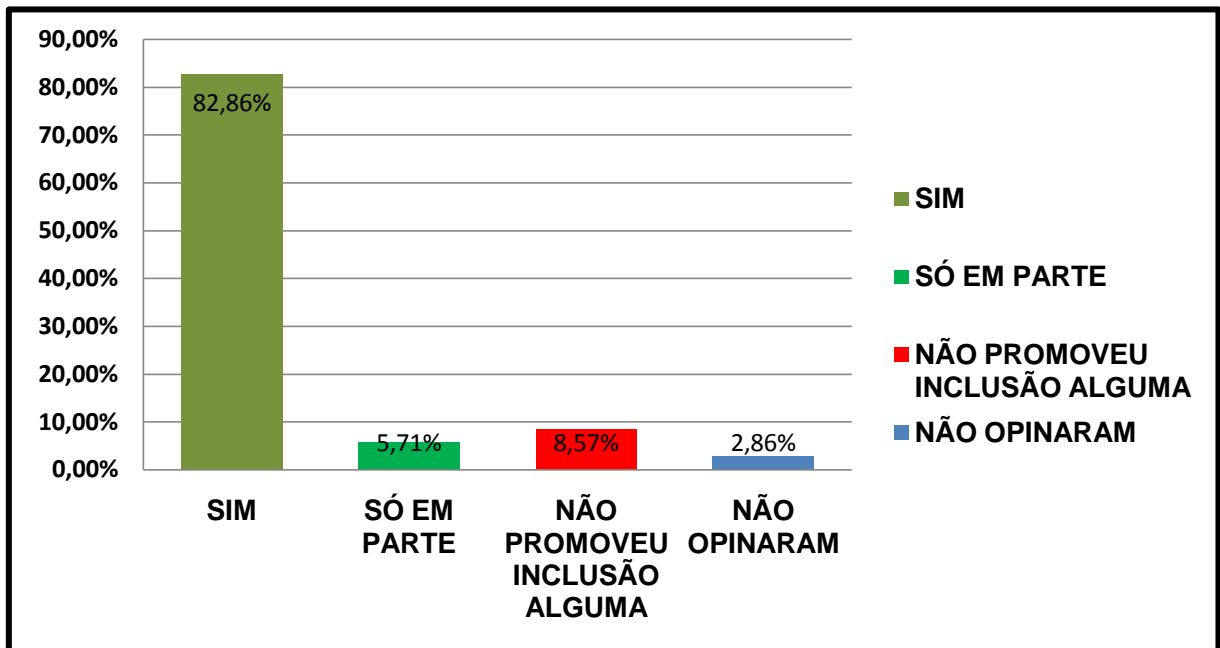
Fazendo um comparativo dos gráficos 7 e 8 com o gráfico 9, pode-se perceber que existe uma grande incoerência nas respostas dadas pelos beneficiários entrevistados, já que no gráfico 7, cerca de 94,29% destes, ou seja, quase todos eles afirmaram que posto de saúde, escola, creche, CRAS e espaço de lazer, considerados equipamentos sociais indispensáveis em qualquer comunidade existiam nos seus bairros de origem e inexistem na localidade do empreendimento capaz de abranger a comunidade.

No gráfico 8, cerca de 45,71% dos entrevistados apontam o transporte público direcionado a área como péssimo e 37,14% como ruim e já no gráfico 9, ao serem indagados sobre qual nota eles aplicariam ao empreendimento em sua totalidade, de 0 a 5, cerca 42,86% aplicaram nota 5 e 25,71% aplicaram nota 4, qualificando o empreendimento entre ótimo e excelente.

Essa incoerência é perceptível e aponta para um paradoxo gerando incompreensão e dúvidas sobre se a comunidade está satisfeita apenas com a casa e por conta disso atribui nota alta ao empreendimento em seus múltiplos aspectos, incluindo infraestrutura urbana, da casa, a acessibilidade aos equipamentos sociais e aos serviços de saúde, educação, lazer, transporte, entre outros limitando a sua análise tomando por base unicamente ao imóvel em si, ou se mesmo com a inexistência de equipamentos sociais e da ineficiência do transporte público há um sentimento de conformação com isso e uma desconsideração deste fato, levando-a se colocar como grata pelo que conseguiu se distanciando da resposta da pergunta, entendendo a indagação de maneira limitada.

GRÁFICO 10- ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O QUE FOI PLANEJADO FOI EXECUTADO NA

COMUNIDADE E PROMOVEU DE FATO A INCLUSÃO SOCIAL, SEJA DO IDOSO OU DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



FONTE: Primária, 2014.

Quando indagada sobre se o que foi planejado e executado na comunidade promoveu de fato a inclusão social dos moradores que possuem deficiência e dos idosos, a resposta dos entrevistados foi quase que unânime em afirmar que o projeto desenvolvido e concluído promoveu sim a inclusão social destes beneficiários, o que é expresso através da exposição do gráfico que demonstra que 82,86% do total dos entrevistados responderam sim.

Se o PMCMV criado e implementado pelo governo federal teve a incumbência de já na seleção dos proponentes seguir o princípio de inclusão social e cumprir a meta de destinar 5% do total de apartamentos ofertados para idosos e deficientes, visualiza-se pelo gráfico que essa inclusão ocorreu de fato, pois pelas falas dos entrevistados que seguem abaixo se compreende a veracidade do exposto com inclusão de pessoas com deficiência nas novas moradias e que os apartamentos em si são adaptados e se tem uma acessibilidade tanto no interior destes como fora que possibilita a livre circulação dentro do empreendimento.

“Porque o apartamento é maior, o banheiro e adaptação.” (E3)

“Porque os apartamentos são adaptados”. (E5)

“Porque as casas são adaptadas, quarto maior, banheiro e acesso melhor”. (E12)

“Sim, eles tem a casa diferenciada”. (E21)

“Porque tem rampa e os apartamentos ficam em baixo”. (E30)

“Porque o apartamento favoreceu pro meu filho que é deficiente, porque fica na parte de baixo.” (E6).

Dos 35 entrevistados 2,86% não quiseram opinar, 8,57% afirmaram que não, que o projeto não levou os idosos e deficientes a serem incluídos socialmente e 5,71% destacaram que promoveu inclusão social, mas não em sua totalidade, apenas de modo parcial.

Essa constatação pode ser concretizada na leitura das opiniões dos entrevistados que tornam inexpressivo o percentual dos que afirmam que o programa não promoveu inclusão social, que só promoveu em parte ou os que não opinaram.

“Porque falta estrutura de posto de saúde, apoio do CRAS e o apoio governamental, municipal aqui dentro”. (E1)

“Não sei informar”. (E13)

“Porque na casa tinha pessoa com deficiência e não recebi uma casa assim”. (E2)

“Não. Porque a casa do meu pai era para ser para deficiente e não é”. (E10)

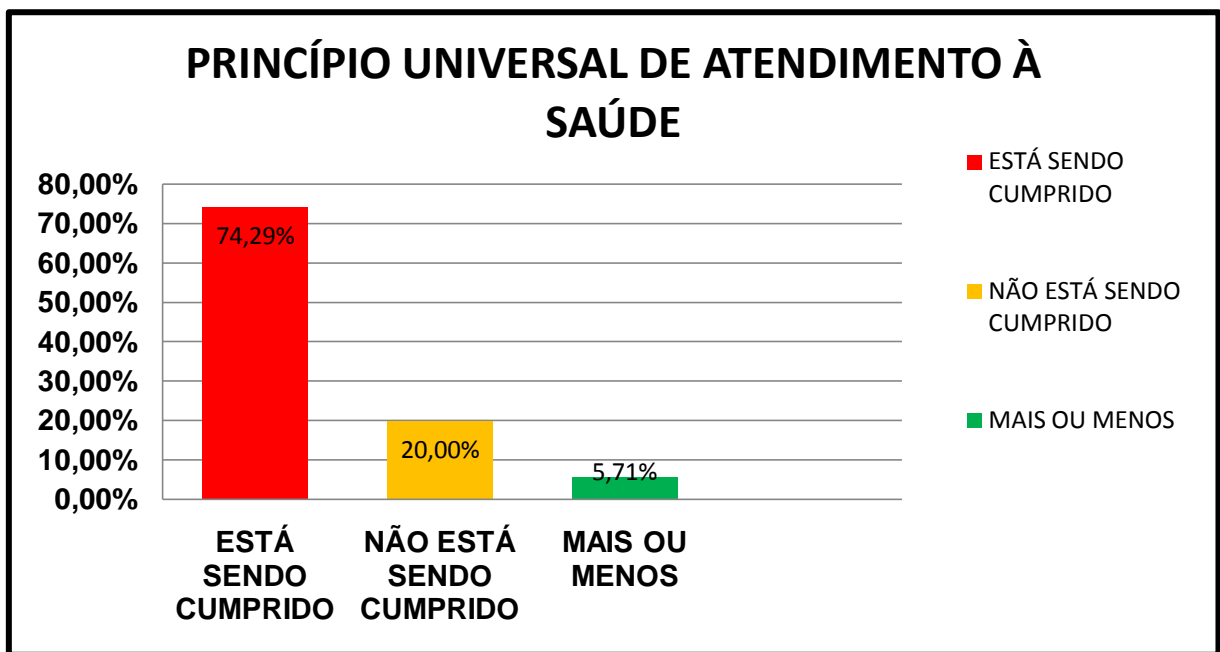
“Pro idoso e deficiente complicou”. (E11)

Com relação a outro questionamento realizado durante a entrevista sobre o princípio universal de atendimento à saúde, indagou-se se este princípio estava sendo cumprido na localidade ou se o entrevistado se considerava excluído com relação a este atendimento e o porquê dele considerar isso.

Diante disto se construiu um gráfico, apresentado abaixo que descreve claramente essa opinião dos entrevistados, em seguida são analisados os dados e posteriormente pela análise e exposição das falas dos beneficiários entrevistados se

tecealgumas considerações sobre o nível de inclusão ou exclusão destes no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde:

GRÁFICO 11 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O PRINCÍPIO UNIVERSAL DE ATENDIMENTO À SAÚDE ESTAVA SENDO CUMPRIDO NA LOCALIDADE



FONTE: Primária, 2014.

Verifica-se na exposição do gráfico que parcela expressiva dos moradores entrevistados aponta que o princípio universal de atendimento à saúde está sendo cumprido na localidade, tendo em vista que de 35 entrevistados, um total de 26 destes que equivale a 74,29% afirmam que sim, que está sendo cumprido.

Ao se fazer a leitura das opiniões dos moradores logo abaixo se pode entender o motivo dessa expressividade.

“Sim. Porque devido ao médico que tá vindo consultar uma vez por semana”. (E8)

“Sim. Tá começando agora. Eu não me considero excluído”. (E9)

“Sim. Tá tendo um médico toda sexta-feira”. (E20)

“Sim. Mas alguns atendimentos falta”. (E23)

“Sim. Tem um médico que atende no salão”. (E26)

“Sim. Porque tem um médico toda semana” (E30)

Os entrevistados em sua maioria ao opinarem que o princípio universal de atendimento à saúde está sendo cumprido demonstram ao mesmo tempo uma fragilidade da saúde pública no país e uma conformação ou fatalismo desses moradores, pois a vinda temporária de um médico para o interior dificilmente vai dar conta de toda a demanda, de atendê-la com sigilo e muito menos com dignidade e segurança já que não se tem um local apropriado que possibilite a realização de algum exame, fazer um curativo ou de rotinas básicas de um posto de saúde, se apresentando mais como medida paliativa do que uma perspectiva de efetivação do direito à saúde tida como parte constituinte do projeto habitacional em destaque.

Somente 20% afirmam que este princípio não está sendo cumprido e 5,71% apontam que ele está sendo mais ou menos cumprido demonstrando um posicionamento que expressa o não cumprimento deste princípio universal de atendimento a saúde ou apenas em parte, mais ou menos.

“Médio. Porque tem um médico que vem atender uma vez por semana e tem as assistentes sociais que faz a vez de agente de saúde”. (E1)

“Não. Atende uma vez por semana”. (E2)

“Não. Porque a gente não tem o atendimento apropriado. Não porque a gente é atendido”. (E3)

“Não. Porque só tem médico durante o dia”. (E4)

“Não. Só em parte porque vez por outra um médico vem consultar”. (E24)

Quando no decorrer da entrevista se perguntou aos beneficiários sobre as mudanças ocorridas nas suas vidas após terem sido beneficiados pelo programa,

nota-se pelos discursos e opiniões quase que sincronizadas e expressas de modo unísono a satisfação com o imóvel e o sentimento de posse e de pertencimento.

“Sim. Apreendi novos hábitos e melhor e a convivência com a comunidade e a diminuição dos gastos com aluguel”. (E1)

“Sim. Tranquilidade, de não pagar aluguel”. (E3)

“Sim. O aluguel que já serve para outros benefícios, segurança”. (E12)

“Sim. Financeira”. (E13)

“Sim. Porque antes eu morava num lugar que não era meu. Tenho o meu lugar, meu espaço.” (E17)

“Sim. Melhorou em questão aluguel, melhorou muito”. (E22)

“Sim. Evitei de ter gente na minha porte cobrando aluguel, poder ajeitar a casa”. (E23)

“Sim. Aqui eu acho mais animado, melhorou com relação a aluguel”. (E27)

“Sim. Mais independência, privacidade”. (E30)

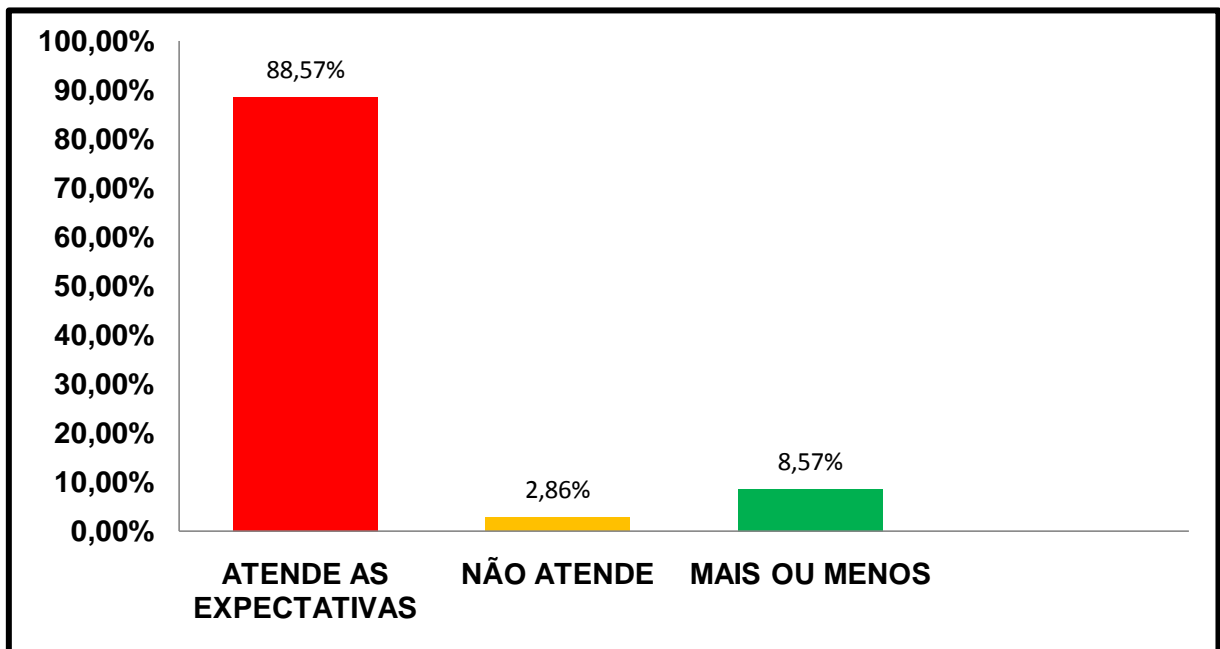
“Sim. Positivo pela diferença do aluguel e negativo a falta de posto de saúde, escola, transporte, segurança”. (E34)

“Sim. Consegui a minha casa, o cartão de móveis e sobra mais dinheiro pra outras coisas”. (E20)

Defato,se comprova que o imóvel viabilizado pelo programatrouxe a possibilidade de mudanças e transformações para a vida da população beneficiada e alvo de intervenção, significativamente boas e fundamentais, sendo a de maior relevância a redução dos gastos com a moradia, já que a contrapartida financeira para com o financiamento do imóvel se comparada com os valores de mercado na alocação de casas esse valor que se paga é ínfimo e irrisório, mas simbólico e que atribui ao beneficiário o sentimento de posse e de conquista.

Dando continuidade a análise se perguntou aos beneficiários se a residência atual dentro do condomínio atende as suas expectativas de uma casa, no que diz respeito ao tamanho, estrutura e segurança capaz de acolher a sua família e por que ela atende e, se obteve o seguinte gráfico:

GRÁFICO 12- ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O IMÓVEL DENTRO DO EMPREENDIMENTO ATENDE OU NÃO AS SUAS EXPECTATIVAS



FONTE: Primária, 2014.

Assim, percebe-se que quase 90% dos entrevistados afirmam que a residência atual dentro do condomínio atende as suas expectativas no que concerne a uma casa no tamanho, estrutura e segurança capaz de acolher a sua família, perfazendo um total de 88,57% demonstrando satisfação com o imóvel.

“Atende. A única coisa que falta é o quintal”. (E10)

“Sim. Porque a família é pequena. É normal”. (E12)

“Atende. Porque tem dois quartos e é tudo ajeitadinho”. (E19)

“Sim. Porque só pra mim e os dois filhos é suficiente”. (E24)

“Atende de mais eu acho ótimo. Só pra mim e o velho”. (E27)

“Atende na medida do possível. Porque são 6 pessoas que moram na casa”. (E29)

“Sim. Porque a família é pequena”. (E31)

“Atende. Porque a casa onde a gente morava era pequena e aqui é maior”. (E15)

Visualiza-se também que 8,57% dos entrevistados concordam que a casa atende suas expectativas, mas só em parte devido a alguns fatores apontados nas suas falas.

“Eu pensava ser mais grande, mas tá bom. Porque aqui vai ser minha”. (E5)

“Médio. Porque a casa é quente, abafado”. (E9)

“Mais ou menos. Só deixa a desejar na segurança”. (E28)

Apenas 2,86% dos entrevistados afirmaram que a residência não atendia as suas expectativas, equivalendo a uma pessoa.

“Não, porque é muito pequena e não acolhe a minha família”. (E2)

Mesmo entendendo que as dimensões da casa são pequenas nota-se que os moradores estão satisfeitos em sua grande maioria entrevistada e tem o apartamento como um lugar acolhedor.

Ao serem indagados se eles tinham conhecimento do Trabalho Técnico Social pós-ocupação executado dentro da comunidade pela equipe social e, sua contribuição para a promoção da integração e disseminação de informações na comunidade, os entrevistados em sua totalidade responderam ter conhecimento sobre o Trabalho Social e relatam que contribui explicando sobre essa contribuição com destaque nas assistentes sociais que compõem a equipe.

“Sim. Contribui, elas levam exames e explicam tudo direito”. (E3)

“Sim. Contribui. Elas informam, avisam”. (E7)

“Sim. Contribui. Porque elas andam de apartamento em apartamento orientando as pessoas”. (E11)

“Sim. Contribui. Através de bilhetes convidando para reuniões”. (E13)

“Sim. Contribui. Porque elas tão sempre correndo atrás de um curso, de um médico e colocam panfletos avisando das ações”. (E17)

“Sim. Contribui. Elas fazem visitas e avisam”. (E20)

“Sim. Um pouco. Elas sempre colocam recado, aviso”. (E21)

“Sim. Contribui. Qualquer comunicação”. (E24)

“Sim. Contribui. Quando a gente pede algum exame elas vem, avisa das coisas”. (E32)

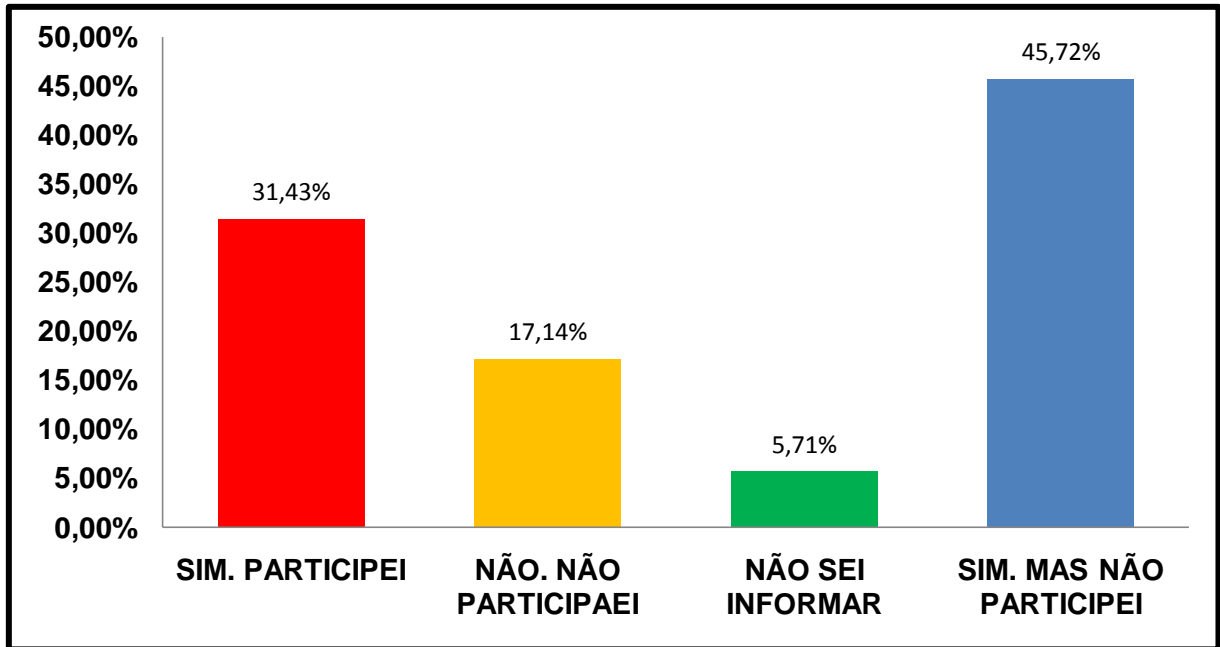
Não se percebe nas falas dos entrevistados acima distanciamento do real papel da equipe técnica social e em especial das assistentes sociais que executam o Trabalho Social, apenas em algumas expressões, pois ao demonstrarem que elas informam, orientam, avisam, fazem reuniões se fica claro a tentativa de integração e disseminação de informações dentro da própria comunidade.

São deveres do/a assistente social nas suas relações com os usuários/as: contribuir para a viabilização da participação efetiva (...); garantir a plena informação (...); democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional (...); devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários (...); contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários(...). (VADE MECUM:2012; p.392).

Ao se questionar os beneficiários entrevistados se o Trabalho Técnico Social pós-ocupação conseguiu estimular a geração de renda na comunidade e se eles participaram deste processo, se verifica no gráfico abaixo que quase todos eles têm conhecimento deste trabalho, muitos participam e outros não.

Pela análise dos dados podem ser tiradas algumas conclusões sobre o grau de participação da população e da possibilidade deste trabalho conseguir estimular a geração de renda para a população beneficiária do programa.

GRÁFICO 13- ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS SEGUNDO OPINIÃO SOBRE SE O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL PÓS – OCUPAÇÃO CONSEGUIU ESTIMULAR A GERAÇÃO DE RENDA E SE ELES PARTICIPARAM DESSE PROCESSO



FONTE: Primária, 2014.

Pela análise dos dados contidos no gráfico visualiza-se que quase 50% da população entrevistada, que equivale a 16 pessoas e 45,72% do total de entrevistados afirmam que o Trabalho Técnico Social conseguiu estimular a geração de renda na comunidade, mas que não participaram desse processo demonstrando pouca participação nos trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica social no que compete o estímulo à geração de renda.

“Sim. Não participei”. (E28)

“Sim. Mas não participei”. (E30)

“Sim. Não participei, mas minha filha já participou”. (E34)

“Sim. Mas eu não participei de nada”. (E35)

Dando prosseguimento percebe-se que pouco mais de 30%, cerca de 31,43% dos entrevistados acreditam que este trabalho conseguiu estimular a geração de renda e se colocaram como participantes neste processo que se comparados com o total de pessoas que não participaram esse grau de participação é muito baixo e torna muito difícil a obtenção de resultados positivos já que quanto maior a quantidade pessoas envolvidas querendo participar e aprender alguma

profissão e se inserir no mercado de trabalho maiores serão as possibilidades de que se desenvolva um trabalho consistente e capaz de modificar a realidade econômica de muitas das famílias lá inseridas.

“Sim. Participei de capacitações”. (E1)

“Sim. Participei do curso de pintura”. (E3)

“Sim. Participei do curso de fotografia”. (E11)

“Sim. Participei, fiz o curso de pintura”. (E18)

“Sim. Participei e desisti do curso de informática”. (E21)

“Sim. Participei do curso de cabeleireiro” (E23)

Apenas 5,71% apontaram que não sabem informar e 17,14% que este trabalho não contribuiu para a geração de renda na comunidade e que não participaram das atividades realizadas pela equipe técnica social.

Quando se pensa em geração de renda deve-se atentar para a realização de atividades, cursos, capacitações que obedecendo a um planejamento promovam realmente para a população alvo da intervenção o desenvolvimento da sua capacidade laborativa e, que os mesmos criem com isso possibilidades de inserção no mercado de trabalho e gere renda, buscando sempre nessas ações a aproximação com a comunidade tanto no planejamento como na execução entendendo a realidade desta tomando a opinião dos beneficiários como indispensável e imprescindível para a concretização dessas ações, já que os maiores interessados são eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas habitacionais de uma maneira mais geral como o do foco da pesquisa em destaque, o Programa Minha Casa Minha Vida, por se pautarem no

atendimento privilegiado a grupos mais vulneráveis da sociedade tanto economicamente como socialmente, como os idosos, pessoas com deficiência que carecem de uma atenção em certa medida destacada, as mães solteiras chefes de famílias e as famílias que residem em localidades precárias e em regime de coabitação e, sobrevive sem as mínimas condições de saneamento, educação, lazer e saúde e realizam atividades com baixa remuneração, consideradas de baixa renda, têm entre suas principais atribuições a incumbência de tentar diminuir o déficit habitacional no Brasil.

Compreendendo, todavia, que este déficit não é algo novo, mas um problema que assola a população brasileira desde o contexto de surgimento do espaço urbano, juntamente com a industrialização maciça ocorrida na primeira metade do século XX, sendo combatido com ações paliativas e seletivas ao longo da história e sem um compromisso real com a população de baixa renda. Entende-se também que nas últimas décadas houve mudanças significativas na Política Nacional de Habitação, o que promoveu uma mudança no olhar frente a essa população, a qual é abrangida pelos programas habitacionais de modo mais especial.

Deve-se salientar a importância e relevância do Programa Minha Casa Minha Vida, considerando que este é como um elo, portal de acesso para muitas famílias e grupos da sociedade que estão fora da abrangência dos serviços públicos se realocarem e serem incluídos no contexto social, sendo inicialmente pela viabilidade de acesso a uma moradia, que esses programas buscam viabilizar uma série de direitos, os quais decorrem da moradia no espaço urbano.

Todavia deve-se também ter por parte dos governantes um maior compromisso para com o planejamento e execução destes programas, com uma ênfase maior com os de abrangência mais ampla como o Programa Minha Casa Minha Vida, onde se tem uma grande quantidade de recursos, posto que se necessite de uma fiscalização mais intensa para que o planejado seja de fato executado e não somente, mas com qualidade, atentando-se para a sua execução no que diz respeito a sua totalidade.

Diante da execução de qualquer programa habitacional, há a necessidade de realização de um Trabalho Social, trabalho esse que deve ser desenvolvido do começo até o final das obras e entrega das moradias e na pós-ocupação, buscando garantir o funcionamento do empreendimento a partir da colaboração da população

e pela disseminação de informações junto à mesma no intuito de orientá-la a participação e integração no novo espaço de convívio.

No Trabalho Social se busca avaliar, monitorar, planejar, executar e estabelecer diretrizes sobre o modo de intervenção, visando analisar as melhores formas para execução e conclusão do programa levando em consideração às necessidades e a satisfação da população assistida, sendo de extrema importância, imprescindível e indispensável a presença do assistente social, mesmo não sendo obrigatória a sua participação na equipe social, pois esse profissional na sua atualidade tem o papel de defender sem distinção os direitos humanos, promover, ampliar e assegurar o acesso aos benefícios oferecidos pelo setor público, se colocando como um profissional de intervenção atuando junto aos programas de habitação, com outros profissionais para agir em defesa do direito à cidade e de uma moradia digna.

Pela pesquisa pode-se perceber o quão importante se faz um bom planejamento na execução de programas e projetos sociais de habitação, buscando-se antes de tudo entender a realidade da população alvo da intervenção colocando-a como sujeito participante na tomada de decisões sobre as ações a serem realizadas, explicando-a, orientando-a, informando-a para que estas não se processem de maneira verticalizada, de cima para baixo e sim de modo horizontal em uma perspectiva de diálogo.

Devem-se pensar ações, atividades que venham de fato a incluir socialmente as pessoas, propiciando uma maior aproximação entre o poder público e a sociedade civil, garantindo o acesso a uma unidade habitacional, as políticas públicas de saúde, educação, transporte, entre outras, permitindo não somente o ingresso no espaço urbano por intermédio de uma moradia, mas o direito à cidade e aos demais direitos sociais essenciais ao convívio no espaço urbano, sem prejuízo também para o espaço rural, já que pela análise dos discursos dos entrevistados se evidenciou que com relação a unidade habitacional quase todos se colocaram satisfeitos mas, no que tange aos equipamentos sociais a opinião foi quase que unânime sobre a ausência destes deixando a população sem ou com uma mínima assistência a saúde, educação, lazer pautadas mais em ações paliativas do que na perspectiva de direito, visando apenas atenuar e não sanar os problemas vivenciados pela comunidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, SÉRGIO. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. P. 13 – 41.

BONDUKI, Nabil Georges. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: 20/10/2013.

BOTEGA, I. R.A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL (1930-1990). **Revela. FALS.** n. 2 , ano I, p.1-14. Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela13/politicahabitacional.pdf>> Acesso em 10 de outubro. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) - Cartilha Programa Minha Casa Minha Vida, 2009 Disponível em: <[http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/Cartilha MCMV.pdf](http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/Cartilha_MCMV.pdf)> Acesso em 15 de outubro. 2013.

_____.Ministério das Cidades. GOVERNO FEDERAL – Programa Minha Casa Minha Vida, 2009. Disponível em: http://www.adh.pi.gov.br/minha_casa_minha_vida.pdf.> Acesso em: 11 de outubro. 2013.

_____.Ministério das Cidades. **O trabalho Social e Intervenções Habitacionais**, 2011.

_____.Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

_____.**Constituição Federativa do Brasil 1988**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1988.

_____.Ministério das Cidades. Breve relato da trajetória da política habitacional. In: **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCIDADES Habitação nº 4. Novembro de 2004.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.).**O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.p.17-65.

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em 06 de março de 2014.

DUTRA, Luiz Gabriel Bettiol. **A atuação do governo Lula no combate ao déficit habitacional brasileiro**: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida. 2010. 11f.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Palestra sobre Inclusão social e cidadania na 32ª INTERNACIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, de 2006. Disponível em: <http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente_faleiros.pdf> Acesso em: 08 de setembro. 2013.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues & NOGUEIRA, Grasiela Maciao. **O estado civil das pessoas que vivem sob o regime de união estável em face dos direitos da personalidade.** IN: Revista jurídica Cesumar. V6 n.1, p.489-498, 2006. UFPR, Paraná.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GERALDO, Gabriel Peret. **O Programa Minha Casa Minha Vida, o mercado imobiliário e o direito à cidade:** análise dos impactos do programa na cidade de São Carlos – SP. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 14, 2013, Peru.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed.-8.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação Histórico- Metodológico. 29ª Ed. São Paulo; Cortez, 2009.

JÉSSICA NAIME. A política de habitação social no governo Lula: dinâmicas e perspectivas. In: Seminário Nacional de Governança Urbana e desenvolvimento metropolitano, s.n, 2010, Natal, RN.

MARCONI, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: _____ (Org). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 27ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P.21.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco.**v. 09, n. 01, p. 98-109. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44765>> Acesso em 11 de outubro. 2013.

PAZ, R. D. O; TABOADA, K. J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Curso à distância. Módulos I, II e III. Ministério das Cidades. Brasília, 2010.

QUESTÕES METODOLÓGICAS SOBRE O “DÉFICIT HABITACIONAL”: O PERIGO DE ABORDAGENS CORPORATIVAS. Cadernos metrópole 17 pp. 241-255 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8773/6497>>. Acesso em 05 de setembro. 2013.

SHIMIZU, J. Y. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida**: Uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/economia/dissertacoes/2010/Julio_Yukio_Shimizu.pdf> Acesso em: 08 de outubro. 2013.

SILVA, Elizângela Samara da. **As entrelinhas da inclusão/exclusão social na atualidade**: uma discussão conceitual. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, V, 2011, São Luís, Maranhão.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política Habitacional Brasileira**: Verso e Reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/nucleos/NPQV/Participacao_na_V_Semana_da_FCECA/Deficit_Habitacional.pdf> Acesso em: 16 de setembro. 2013.

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – USJT: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo ISSN 1984-5766 | N°1-2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: 13 de setembro. 2013.

VADE MECUM. I. Lopes, Cinthia Fonseca (org) II. Cruz, Erivânia Bernardino (org). 3ª Edição, Fortaleza: Premium, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PESQUISA: OS IMPACTOS SOCIAIS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO CONDOMÍNIO TENENTE COELHO II, DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE, APÓS A INSERÇÃO NESTE.

INSTRUMENTAL: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO

CURSO: Serviço Social

PESQUISADOR: Tiago Alves Ferreira

ORIENTADOR (A): Sheyla Alves Dias

ENTREVISTADO _____

TITULAR _____

Faixa etária 2 Sexo

() De 18 a 28 anos de idade Masculino () Feminino ()

() De 29 a 39 anos de idade

() De 40 a 49 anos de idade

() Acima de 50 anos de idade

Profissão

_____ () Formal () Informal

Renda familiar

() Até 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos

() De 2 a 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos

Estado civil

() Solteiro (a) () União Estável () Casado (a) () Divorciado (a) () Viúvo (a)

Grau de escolaridade?

Analfabeto () Fundamental completo ()

Fundamental incompleto () Médio completo ()

Médio incompleto () Superior completo ()

Superior incompleto ()

1 Dos equipamentos sociais abaixo, quais existiam no bairro de origem do (a) senhor (a) e não existem no bairro atual (aeroporto) de fácil acesso e que atenda a sua comunidade?

Posto de saúde () CRAS ()
Escola () Outros () _____
Creche ()
Espaço de Lazer: Quadra de esportes, praça, área de passeio ()

2 Como o (a) senhor (a) qualifica o transporte público direcionado à comunidade?

Ótimo () Ruim ()
Bom () Regular ()
Péssimo () Inexistente ()

Por quê?

3O (a) senhor (a) acha que o princípio universal de atendimento à saúde está sendo cumprido na localidade ou o(a) senhor (a) se considera excluído com relação a este atendimento? Por quê?

04 Para o(a) senhor (a) a sua residência atual dentro do condomínio Tenente Coelho II atende as suas expectativas de uma casa, no que diz respeito ao tamanho, estrutura e segurança capaz de acolher sua família? Por quê?

05 Se O(a) senhor (a) percebe mudanças na sua vida após ter sido beneficiado (a) pelo Programa Minha Casa Minha Vida, quais foram essas mudanças?

06 Que nota o (a) senhor (a) aplica ao empreendimento do Tenente Coelho II considerando a estrutura física da casa, a infraestrutura urbana do bairro, o transporte público que abrange a localidade, a saúde e ao planejamento e execução do projeto como um todo, de 0 a 5?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

07 O (a) senhor (a) visualiza que o que foi planejado para comunidade foi executado e promoveu de fato a inclusão social dos moradores, seja da pessoa idosa, com deficiência ou não, garantindo os seus direitos dentro do empreendimento?

Sim ()

Só em parte ()

Ou não promoveu inclusão alguma ()

Por quê?

08 O (a) senhor (a) tem conhecimento do Trabalho Técnico Social pós-ocupação executado na comunidade? Se conhecer, de que modo ele contribui para a promoção da integração e disseminação de informações na comunidade?

09 O (a) senhor (a) acredita que o Trabalho Técnico Social conseguiu estimular a geração de renda na comunidade através de cursos e capacitações? O (a) senhor (a) participou desse processo?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

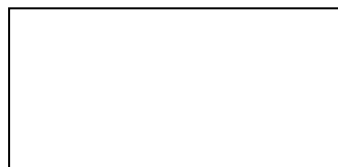
Esta pesquisa intitula-se: “Os impactos sociais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida aos beneficiários do Condomínio Tenente Coelho II do município de Juazeiro do Norte-CE” e, e foi desenvolvida pelo aluno **Tiago Alves Ferreira**. A finalidade do presente trabalho é perceber quais os impactos sociais, positivos e negativos na vida dos beneficiários do Programa com ênfase no processo de inclusão social. A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor (a) não é obrigado (a) fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida em qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum dano. Na hipótese de publicação desse trabalho o seu nome será mantido em sigilo. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa com a publicação dos resultados.

Tiago Alves Ferreira

Pesquisador

Participante da Pesquisa



Dactiloscópica do participante da pesquisa

Juazeiro do Norte-CE, ____ de _____ de 2014.